

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 25 de abril de 2022 - Ata n.º 33.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Dr. Batista** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **33.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**. O Sr. 2.º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 32, de 20 de abril de 2022), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1.º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados e demais que visitam a Assembleia Legislativa nesta tarde.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 147/2022** do Governador do Estado, indicando o Deputado Tiago Amaral como Vice-Líder do Governo na Assembleia Legislativa do Paraná; **Ofício n.º 148/2022** do Governador do Estado, indicando o Deputado Cobra Repórter como Segundo

Vice-Líder do Governo na Assembleia Legislativa do Paraná; **Ofício n.º 915/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 309/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 997/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência ao Requerimento n.º 2875/2021, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 998/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 631/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 1012/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 647/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1006/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ao Requerimento n.º 6044/2021, da Deputada Cantora Mara Lima; **Ofício n.º 966/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Coordenação Geral do Departamento Penitenciário ao Requerimento n.º 181/2022, do Deputado Tadeu Veneri; **Ofício n.º 1002/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 1570/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 977/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel ao Requerimento n.º 621/2022, do Deputado Boca Aberta Junior; **Ofício n.º 981/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2212/2019, do Deputado Marcel Micheletto; **Ofício n.º 978/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2226/2019, do Deputado Marcel Micheletto; **Ofício n.º 973/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 555/2022, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 963/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 5558/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 1005/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 6729/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 976/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2213/2019, do Deputado Marcel Micheletto; **Ofício**

n.º 1007/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 708/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 11999/2022** da Agência Nacional de Transportes Terrestres, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 480/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 145/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 190/2021, sendo convertido na Lei n.º 21013; **Ofício n.º 146/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 29/2022, sendo convertido na Lei n.º 21014; **Ofício n.º 153/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 780/2021, sendo convertido na Lei n.º 21016; **Ofício n.º 149/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 655/2021, sendo convertido na Lei n.º 21015; **Ofício n.º 152/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 117/2022, sendo convertido na Lei n.º 21017.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença na Casa do Secretário da Saúde da cidade de Capanema, Sr. Jonas Velta, e da Diretora do Departamento de Saúde, Sr.^{ta} Camila Eduardo Lopes, e da Enfermeira Sr.^{ta} Luciane Carla Ranche, por solicitação do Deputado Michele Caputo. Sejam bem-vindos.

Teremos o Grande Expediente de hoje em duas etapas. A primeira delas, por proposição do Deputado Goura, que convidou a Dr.^a Carolina Panis, Professora do Curso de Medicina da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, do câmpus de Francisco Beltrão, Mestre e Doutora em Patologia Experimental pela Universidade Estadual de Londrina e Pós-Doutora em Oncologia pelo Instituto Nacional do Câncer do Rio de Janeiro. A Dr.^a Carolina falará sobre as elevadas taxas de incidência de câncer e câncer de mama, associados a um perfil de doença bastante agressivo que vem sendo registrado na região sudoeste do Paraná. Ainda anuncio a presença na Casa do Sr. Altair Rodrigues Pires de Paula, que é esposo da Dr.^a Carolina, bem como dos filhos Altair Rodrigues Pires de

Paula e Artur Panis de Paula. Tenho a honra de conceder a palavra neste momento ao Deputado Goura, para fazer a saudação aos nossos convidados.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Goura e a Sr.^a Dr.^a Carolina Panis.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, muito boa tarde a V.Ex.^a e em seu nome e da nossa Mesa quero saudar todos os Parlamentares, todos os cidadãos que acompanham essa nossa Sessão. Especial, Sr. Presidente, chamo a atenção aqui pela gravidade do assunto. Temos aqui a Deputada Mabel, a Deputada Luciana presentes no Plenário, estamos falando da saúde da mulher, estamos falando do câncer de mama, mas também estamos falando, Deputado Luersen, de uma região do Estado do Paraná, a região sudoeste, que tem em V.Ex.^a, no Presidente da Casa, dos nossos também, diversos outros Parlamentares que atuam na região. E, Deputado Dr. Batista, Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Tercílio, Caputo, que também atuam muito fortemente na área da saúde, peço a atenção de V.Ex.^{as} pela importância desse assunto. O nosso mandato tem estado debruçado sobre o tema da agroecologia e de um Paraná, se não livre de agrotóxicos, um Paraná que trabalhe fortemente para redução de agrotóxicos. Atualmente, o Paraná é o segundo Estado que mais consome agrotóxicos em todo o Brasil, de toda a Federação. É um dado preocupante. A exposição aos agrotóxicos aumenta em 59% o risco de câncer de mama nas mulheres. A Dr.^a Carolina vai expor a questão, que se trata também de um uso ocupacional das agricultoras, das mulheres que trabalham na agricultura familiar, mas também de todos nós que consumimos produtos com agrotóxicos. Então, Sr. Presidente, aproveito, até estou me estendendo demais, mas a importância de esta Casa pautar temas, Projetos de Lei que levem à redução do uso de agrotóxicos. Temos um Projeto em tramitação, Deputado Tadeu Veneri, um Projeto que será relatado por mim na Comissão de Meio Ambiente, que proíbe a pulverização aérea aqui no Estado do Paraná. A Dr.^a Carolina é Professora no curso de Medicina, no programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas à Saúde, Pós-Doutora em Oncologia pelo Instituto Nacional do Câncer, no Rio de

Janeiro, Mestre e Doutora em patologia pela UEL, pela Universidade de Londrina, e atualmente é pesquisadora visitante no Departamento de Saúde Ambiental da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Amanhã, a Dr.^a Carolina fará uma palestra no Hospital Pequeno Príncipe e na quarta-feira, Deputado Tercílio, na Fiocruz. Então, é muito importante. Agradeço, Sr. Presidente, a honra é minha de conceder a palavra a tão importante cientista, que mora aqui e trabalha no Estado do Paraná. Doutora Carolina, por gentileza, concedo-lhe a palavra agora.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Antes de anunciar a Dr.^a Carolina, também registro na Casa a presença da Vereadora Angela Oliboni, de Nova Prata do Iguaçu, por solicitação da Deputada Luciana Rafagnin. E também a visita dos alunos do 2.^o ano do ensino médio do Colégio Sesi Internacional de Curitiba, acompanhados pela guia de turismo Vivianny Krause e pelo professor Andrew de Goes. Sejam bem-vindos aqui à Assembleia, nessas visitas guiadas muito importantes para o Poder. Com a palavra então, não sei se é beltronense, mas presta serviço para nossa universidade câmpus de Francisco Beltrão, Dr.^a Carolina.

DR.^a CAROLINA PANIS: Boa tarde a todos! Primeiramente, queria agradecer a oportunidade de estar aqui na Casa do povo paranaense, falando sobre um Projeto tão importante para nós, que é a questão da relação da exposição aos agrotóxicos com a ocorrência de câncer. Queria agradecer especialmente o convite do Deputado Goura, que esteve em Francisco Beltrão e nos convidou para participar de um evento sobre esse tema. Então, obrigada, Deputado, por dar oportunidade de trazermos aqui para esta Casa a nossa ciência, a nossa pesquisa. Então, o meu nome é Carolina, sou Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Estou aqui representando muitos cientistas do nosso Estado. Então, é uma honra poder falar para vocês. Muito rapidamente, trouxe algumas informações de uma pesquisa que iniciamos na Unioeste, no câmpus de Francisco Beltrão, que ela se iniciou há oito anos e que podemos dizer que hoje ela tem dados bastante concretos e alarmantes sobre o impacto do uso de agrotóxicos na saúde da população paranaense, não só do Sudoeste do

Paraná. Então, trouxe algumas imagens mais para fortalecer a fala que vou trazer para vocês. Se alguém tiver interesse depois, tenho todos esses dados, eles estão publicados na literatura mundial e a grande parte deles é dado do nosso grupo. Então, se alguém tiver interesse em aprofundar, em saber um pouco mais, estou à disposição. Trago para vocês ali, inicialmente, a questão da problemática dos agrotóxicos no sudoeste do Paraná. O mapa é um mapa bem famoso, que mostra para nós naquela região marrom escura, onde está o Sul do Brasil, a nossa região Sul, região sudoeste, o Estado do Paraná, onde o consumo de agrotóxico per capita chega a ser seis vezes maior do que o consumo da população brasileira em média. Então, estamos em uma região extremamente agrícola, o sudoeste do Paraná em particular tem uma característica que é a agricultura familiar e ela torna a nossa população bastante exposta ocupacionalmente. Diferente das regiões do Estado onde temos uma geografia plana e uma agricultura mecanizada, o sudoeste do Paraná sofre essa exposição severa, onde as mulheres também fazem parte desse contexto então de exposição. O mapinha alaranjado, que está ali embaixo, são os municípios que vimos estudando nesses oito anos, os municípios que fazem parte então da 8.^a Regional do Estado do Paraná, que são 27 municípios. Quanto mais escura a cor ali, maior o consumo de pesticida per capita. Então, temos municípios ali, como o município de Verê, Santa Izabel do Oeste, que chegaram ao consumo cerca de 10 vezes maior do que a média do consumo nacional de pesticida. Lembrando que quem está sendo exposto ali é a população ocupada na agricultura familiar. E o nosso estudo começou quando cheguei então, em 2014, na Uniãoeste, sou concursada para trabalhar no curso de medicina e iniciamos uma parceria com o Ceonc de Francisco Beltrão. Nessa parceria, pudemos observar, conversando com os médicos, conversando com os pacientes que estavam ali esperando atendimento, que pelo menos 60% da população atendida no Ceonc hoje ela é caracterizada por pessoas ocupadas na agricultura. Já trabalhava com câncer de mama, trabalhei em Londrina, trabalhei no Rio de Janeiro, e, quando chegamos em Francisco Beltrão, vimos que a situação era bastante diferente do que vínhamos vendo, não só aqui no Estado do Paraná, mas no Brasil como um todo. Então, diferentemente do que vemos hoje

na população mundial, onde o câncer de mama quando diagnosticado precocemente ele cursa como uma doença que tem uma taxa de cura bastante elevada, no sudoeste do Paraná observamos, como vocês podem ver naqueles dois gráficos, no primeiro, a última barra representa a nossa regional de saúde, a primeira barra representa o Brasil. Temos cerca de 40% mais diagnósticos de câncer de mama do que o resto do Brasil. No segundo gráfico, observamos que temos cerca de 15% mais mortalidade do que o resto do Brasil. Então, a junção desses dois fatores, o fator ambiental bastante conhecido, que é a questão do pesticida, e também a presença dessas taxas elevadas nos fez pensar por que o perfil do câncer de mama era tão agressivo naquela população e, principalmente, na população ocupacionalmente exposta aos agrotóxicos. E foi aí que nos fizemos a pergunta: *Qual é o risco de uma mulher ocupacionalmente exposta ao agrotóxico, então, desenvolver esse câncer de mama?* Para responder a essa pergunta, faz oito anos que vimos levantando dado e ela se concretizou este ano. O dado que o Deputado Goura trouxe aqui dos 59% de risco é um dado que levantamos. Trago ali a Dr.^a Márcia Castro, o Dr. Bernardo Lemos, que são dois pesquisadores da Universidade de Harvard, que me receberam lá, entre 2019 e 2020, para avaliar então os dados de cerca de 700 mulheres que atendemos no nosso Projeto. O perfil dessas mulheres, o perfil clínico, os dados de biópsias e essa questão da exposição ocupacional ou não. E este ano veio para nós o resultado dessa pesquisa, onde se concretizou que existe, sim, risco aumentado de ocorrência de câncer de mama em mulheres que são ocupacionalmente expostas e que esse risco chega a ser 59% maior se eu comparar com uma mulher que vive na cidade. Eu, particularmente, que venho acompanhando essa pesquisa nesses últimos oito anos e comparando com o que já tinha visto antes no Rio de Janeiro, em Londrina, além dessa mortalidade elevada, a incidência elevada, dessa prevalência maior de câncer nas mulheres agricultoras, existe um agravante: esse câncer é extremamente agressivo e vimos documentando isso. Então, temos documentado hoje alterações de sistema imunológico, essas mulheres sofrem um apagão imunológico. Diferentemente de nós aqui, a população que não é ocupada na agricultura, se tivermos um câncer, temos

chances de combater essa doença, e essas mulheres estão perdendo essa chance. Além disso, elas têm uma elevada taxa de falha no tratamento. Apesar de esses tumores serem diagnosticados no início, elas vêm repetidamente apresentando falhas no tratamento e uma doença com comportamento mais agressivo, que é uma doença que vai fazer metástase no cérebro, vai fazer metástase no pulmão, vai afetar mulheres jovens e, portanto, vai tirar a chance de essas mulheres sobreviver. Outro dado importante, gente, fomos olhar um pouquinho para família dessas pessoas, porque quando falo que uma mulher é exposta a agrotóxico ok, ela tem contato direto, ela manipula essas substâncias, ela lava roupa, ela prepara a calda para o agricultor fazer a aplicação. E aí fomos dar uma olhadinha na família dessas mulheres e detectamos, como vocês podem ver ali naquelas barras pretas dos gráficos, que existe contaminação de sangue e de urina de todos os familiares que estão dentro da casa no momento da pulverização. Fizemos esta medida utilizando um equipamento que é padrão ouro para fazer o diagnóstico da presença de pesticida no sangue e o pesticida que está ali é ninguém menos do que o bifosato, que é muito conhecido de todo mundo. Ali coloquei uma fotografia para comparar para vocês a situação que fica a urina de uma pessoa exposta a agrotóxico oito horas depois da pulverização – a primeira urina é de um indivíduo da cidade coletada no mesmo dia da pulverização e a urina turva, que vocês observam naquele tubo de tampa azul mais clara, é a urina de um indivíduo que passou então por esse contato com o agrotóxico. Então, podemos ver que existe acúmulo que é sistêmico e o dano está presente nessas pessoas, não só nas mulheres, mas nos seus familiares. Trago ainda para vocês uma informação, que consumimos agrotóxicos desde que nascemos. Conduzimos um estudo na área da Francisco Beltrão avaliando o leite materno, mais uma vez exposição a glifosato e detectamos a presença, então, desse pesticida no pico da pulverização, que ocorreu em fevereiro de 2017, em pelos menos 63 amostras de leite materno. As crianças também estão consumindo e não sabemos qual é o efeito em longo prazo desse consumo de pesticida. Além disso, a população de modo geral, independentemente da sua exposição ocupacional, está sendo afetada. Trago para vocês naquele último gráfico o resultado de um trabalho que

fizemos junto ao Ministério Público aqui em Curitiba, o Ministério Público do Trabalho, para a caracterização de amostras de pessoas que vivem em uma vila rural cercada por uma propriedade que pulveriza agrotóxico e essas amostras foram coletadas seis horas após a pulverização de algum pesticida que não sabemos se era uma mistura ou era um pesticida único, mas que apontou positividade para 2,4-D e glifosato em todas as amostras analisadas. Gente, aquilo é população geral, não estou falando de pessoa que foi lá e manipulou o agrotóxico! Então, temos que começar a nos alertamos! Não é só a mulher que está exposta ocupacionalmente que tem danos à saúde. Para fechar a minha fala, trouxe um ponto aqui que interessa à população em geral. Vocês devem estar pensando: *Não sou exposto ocupacionalmente, então o que exatamente tenho a ver com esta história, qual é o meu risco?* O seu risco está ali, a água que vocês tomam na torneira, da população do Estado do Paraná, está contaminada com agrotóxicos. Vocês viram o último relatório do Siságua, que é o relatório oficial do Governo Federal, ele não é um relatório produzido pelas universidades, ele vem do Governo Federal e analisamos esses dados. Esse relatório, trabalhei no período em que fiquei em Harvard, nos Estados Unidos, e fizemos um estudo chamado de *Benchmarking Cancer Risk*, que é um estudo em que estimamos quanto a contaminação da água é responsável por causar casos de câncer na população geral que consome água da torneira. Está ali para vocês verem, olhamos pelos menos 11 pesticidas que são potencial, possível ou comprovadamente carcinogênicos e só no período de 2014 a 2017 foram estimados pelo menos 542 casos de câncer potencialmente associados ao consumo da água contaminada. Isso que não estou nem avaliando essa mistura presente em um copo de água, estou falando de números isolados. Por fim, precisamos avançar muito neste tópico. Apesar de a ciência andar muito, estamos avançando bastante em Francisco Beltrão, hoje já somos vistos no Estado como uma referência nesta questão dos pesticidas, ainda precisamos avançar, e para fazermos isso precisamos fazer esse monitoramento da população exposta, precisamos fornecer esses dados para vocês que fomentam as políticas públicas poderem tomar as iniciativas devidas, podemos ainda, dentro desse contexto,

auxiliar em um ponto que sei que o Deputado Goura trabalha bastante, que é a questão da agroecologia, a Deputada Luciana também, temos condições de trabalhar com esses agricultores, de fazer a certificação de alimentos, mas o que precisamos para fazer isso? Hoje somos uma referência científica, Francisco Beltrão é muito jovem, o Deputado Traiano sabe disso, a fundação nossa lá do curso de medicina é muito jovem ainda, mas para avançarmos precisamos então criar um núcleo para fazer essas análises. Então, trago o fim da minha fala pedindo aos Deputados da Casa, aos Deputados da nossa região principalmente, em especial ao Deputado Traiano, que conhece a nossa realidade, precisamos montar esse núcleo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, pode concluir.

SR.^A CAROLINA PANIS: Só que precisamos de auxílio, porque temos capacidade operacional, capacidade técnica, conhecimento para isso, mas precisamos de estrutura física para virar referência no Estado do Paraná. Queria agradecer. Obrigada! (Aplausos.)

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputada Luciana.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Queria, Sr. Presidente, só parabenizar o Deputado Goura pela iniciativa de trazer aqui a Dr.^a Carolina. Parabenizar a Dr.^a Carolina pela brilhante explanação e dizer que realmente para nós fica uma grande reflexão. Parabenizar por essa dedicação ao estudo de fazer essa relação do agrotóxico com o câncer e realmente na região sudoeste o índice de câncer é alarmante e agora esta relação nos deixa com uma preocupação ainda maior. Então, com certeza, Sr. Presidente, nesta Casa temos vários projetos já apresentados na questão do combate aos agrotóxicos e com certeza poderemos e devemos, não é, Deputado Goura, apresentar ainda mais, para buscar salvar a vida do povo paranaense. Muito obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, só aproveitar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO GOURA (PDT): Fizemos, acho que a Doutora não sabe, uma Menção Honrosa que gostaríamos de entregar a ela, se for possível, agora durante a Sessão. A Bianca já explicou aqui!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, ou podemos aguardar?

DEPUTADO GOURA (PDT): Pode ser depois. Tranquilo! O senhor quem manda, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É que teremos mais uma participação, daí na sequência fazemos as duas entregas. Também quero, como beltronense que sou, agradecer à Dr.^a Carolina pela brilhante exposição feita aqui. Nós que conhecemos a realidade do sudoeste do Paraná, fica um questionamento, porque me parece que, em função da nossa pequena propriedade, a mulher tem uma participação maior com o esposo na atividade agrícola, ao contrário do que é o Oeste do Paraná, em grandes extensões. Acho que isso também é algo que pesa, não é, neste problema. Mas quero parabenizá-la e dizer que a Unioeste e o Curso de Medicina de Beltrão agradecem pela sua estada e como professora, um curso que tem apenas 10 anos que levamos para Beltrão, mas que temos hoje profissionais formados em Beltrão aí em grandes centros, já com especializações, aqui em Curitiba mesmo temos vários alunos que se formaram lá atuando e com especializações. Portanto, o nosso Curso de Medicina é um sucesso e uma grande referência. Parabéns. Teremos aqui, na segunda etapa, a Deputada Maria Victória, que convidou o Sr. Alesso Lacerda de Assis, que é motorista da empresa Auto Viação Redentor. O referido motorista de ônibus coletivo utilizou o veículo para bloquear a rua, permitindo que uma menina com limitações de locomoção pudesse atravessar com segurança. A homenagem em questão é extensiva à empresa Auto Viação Redentor, representada pela Sueli

Gulin Calabrese, Diretora de Recursos Humanos. Então, a Deputada Maria Victória fará uso da palavra e na sequência faremos as entregas das Menções Honrosas.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra a Sr.^a Deputada Maria Victória.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Senhor Presidente, Mesa Diretora desta Casa, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas e público que nos acompanha pela *TV Assembleia* e pelas redes sociais. Tenho a honra de subir nesta tribuna nesta tarde para entregar o certificado de Menção Honrosa conferido por esta Casa de Leis ao Sr. Alesso Lacerda de Assis, motorista da linha Interbairros VI, da Auto Viação Redentor, em Curitiba, para expressar os nossos sinceros cumprimentos pela nobre atitude deste cidadão que, no dia 4 de fevereiro, aliás, já vinha fazendo isso há mais de três meses, não é, Alesso, mas no dia 4 de fevereiro viralizou o vídeo feito pelo seu colega de trabalho, colega de trabalho da Aléxia, e ele utilizou o ônibus que dirigia, para quem não sabe da história, ele utilizou o ônibus que dirigia para bloquear uma rua na Cidade Industrial, lá na CIC, para que essa menina Alexia, com limitações motoras, pudesse atravessar em segurança. Não tinha como fazer a travessia, Deputado Goura, e observando isso o Sr. Alesso teve muita sensibilidade em entender e tentar ajudar de alguma forma. Em um gesto maravilhoso, fiquei realmente comovida com a solidariedade, a empatia demonstrada pelo Sr. Alesso, cuja presença hoje enobrece o Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná. Em reconhecimento, propusemos também, por meio desta Casa, o voto de congratulações, ainda em fevereiro. Hoje temos a alegria de entregar a ele a menção honrosa e agradecer pessoalmente ao senhor, que mesmo antes do ocorrido já era conhecido por sua cordialidade ímpar no ambiente de trabalho. Nosso propósito, além de homenagear o Sr. Alesso, é de que esse exemplo se replique, para que sua simpatia inspire a convivência amistosa nas nossas cidades do Paraná. Sabemos que temos ainda muito a avançar não só em Curitiba, mas em todo o Estado do Paraná, na questão da acessibilidade. Estou aqui me colocando à disposição e esta Casa de Leis também, para que possamos avançar nesse tema tão importante e ainda

defasado no nosso Estado. Por fim, a Assembleia Legislativa estende os votos de congratulações à Auto Viação Redentor, aqui representada pela Sr.^a Sueli Gulin Calabrese. Parabéns, pelo treinamento constante oferecido aos seus colaboradores, para melhor servir a comunidade atendida, não só em Curitiba, mas em todo o Estado do Paraná. Quanto mais as pessoas e as empresas se inspirarem em gestos de respeito e cordialidade para com o outro, como o gesto hoje aqui representado da Sr.^a Sueli Gulin e do Sr. Alesso, com certeza vai melhorar a qualidade de vida do nosso Estado a cada dia. Parabenizo também o Deputado Goura e a Doutora Carolina pela brilhante explanação de um tema muito relevante e importante. Parabéns pelo currículo, que nos orgulha como mulher, estar lá em Harvard estudando e se preparando para trazer um tema tão brilhante a esta Casa. Parabéns, Doutora Carolina, que tem o nosso reconhecimento. Parabéns, Deputado Goura, pela brilhante atitude. Muito obrigada pela presença, que nos honra muito o nosso Estado do Paraná, tanto o Sr. Alesso, quanto a Doutora Carolina. Obrigada. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Vamos suspender os trabalhos por alguns minutos, para os cumprimentos aos nossos convidados, registros fotográficos e a entrega de Menção Honrosa.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Reabrimos os nossos trabalhos. Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Soldado Fruet.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Soldado Fruet; Galo; Coronel Lee; Tião Medeiros; Michele Caputo; e Goura.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Peço a permissão para falar daqui, Senhor Presidente, estou meio impossibilitado de subir e descer escada. Senhor Presidente, queria que esta Casa hoje declarasse um minuto de silêncio à morte do nosso guerreiro Cabo Ricieri Chagas, que infelizmente não resistiu e veio a

falecer nesse final de semana. Hoje, na parte da manhã, foi o velório. Morreu como herói, mas tenho certeza de que a família dele não o queria como herói, o queria em casa. Não vamos tornar isso político. Só queria que esta Casa, se fosse possível, declarar um minuto de silêncio em homenagem ao Cabo Ricieri Chagas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Então, vamos atender à solicitação do Deputado Fruet. Vamos fazer um minuto de silêncio em memória do nosso Cabo.

(Respeitou-se um minuto de silêncio no Plenário.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Consultamos o Deputado Fruet se já encerrou o tempo. Terminou? Então, passamos ao próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente Turini, membros da Mesa Diretora, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, todos que nos acompanham. Quero falar de uma empresa, vou chamar de empresa, que fatura muito bem. Atenção, senhoras e senhores, inclusive, na pandemia, Deputado *Boquinha*, essa empresa, vou chamar de empresa, faturou muito bem. Então, digamos assim, vou passar agora valores de uma empresa, aparentemente, Deputado Adelino. Vejam, olhem a arrecadação dessa empresa, em 2019. Chamarei de empresa por enquanto, no final dou o nome. Ela arrecadou, no ano, 129 milhões, 993 mil, 609 reais e 47 centavos. *Fiuuu!* Média mensal de arrecadação dessa empresa, vejam senhoras e senhores, 10 milhões e 832 mil. Agora vamos para o faturamento diário dessa empresa. Deputado Soldado Fruet, V.Ex.^a conhece esse nicho. A média de faturamento dessa empresa em 2019 foi de R\$ 361 mil. Mas o faturamento por hora dessa empresa, Deputado Gilberto Ribeiro? Quinze mil reais por hora. Isso aqui dá uma sensação do que, Deputado Guerrinha? Luiz Henrique? Metadiária. Então, temos uma metadiária que cumpre a mensal, a semanal, e chegaremos aonde no final do mês? Dez milhões. E no final do ano? Cento e vinte e nove milhões. Muito bem, o tempo passa, veio a pandemia, vamos para o ano de 2020. Então, se eu estivesse apresentando o programa, colocaria dessa forma: *Atenção*

*para a arrecadação anual da empresa X, caiu um pouco, R\$ 86 milhões, 785 mil, 222,00. A média mensal em 2020 foi de R\$ 7 milhões. E a média diária? Não dá a impressão de que tem meta, por ser diária, Deputado Luersen? Duzentos e quarenta e um mil reais. Agora, a média por hora: R\$ 10 mil por hora, R\$ 10 mil por hora. Sensação de meta, e tem meta. Essa empresa, que não é bem uma empresa, você que está me olhando agora aqui, Deputada, Excelentíssima Sr.^a Mabel, a senhora botou seu dinheirinho lá também quando passou aqui. A arrecadação em 2021, rufem os tambores: *plan, plan, plan, plan! Plum, tá. Hei!* Atenção, Orlandão. Superávit, hein, arrecadação em 2021, anualmente essa empresa arrecadou R\$ 119 milhões, 316 mil, 124,00, dinheiro. Nem sei que tamanho é isso. Mas ela teve uma média mensal de R\$ 9 milhões, 943 mil. A média diária, reúne o pessoal no pátio e fala: *Vocês vão para a rua, tem que trazer \$ 331 mil, 433,00. Ah, psiu, hei, vem cá, vem cá, vem cá, centavos, e 67 centavos. Mas vocês que vão sair agora aqui agora para o trabalho não esqueçam que quero a média diária de hora, por hora. Vem aqui, vem aqui mocinho, você vai faturar por hora R\$ 13 mil.* Muito bem, com esse monstro de arrecadação, Deputado Arruda, parece que o *cabra* que comanda geral não está satisfeito. Em não estando satisfeito, o que ele fez? *Quero novas metas. Novas metas? Mas como é que vai ser isso, patrão? Tenho uma maneira, e não é igual mágica, ascalibadum, dum, dum! Não! Não, não!* Senhor Presidente, vou aguardar V.Ex.^a dizer aqui, mas quero usar o horário da Liderança, já liberado pelo meu Líder, o nobre Deputado Tião, Presidente Turini, faltam 16, e agora aguardo V.Ex.^a autorizar ou não.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Vossa Excelência pode usar o horário da Liderança.

DEPUTADO GALO (PP): Muito grato, Excelência. Então, senhoras e senhores, agora a grande realidade. Aqueles que aqui estão e que são usuários das nossas ruas de Curitiba, estou falando de uma empresa que está solicitando aumento de faturamento. Ora, se existem metas, então, Gilberto Ribeiro, nós, apresentadores de rádio e televisão temos razão quando falamos de indústria. Estacho, V.Ex.^a

quer ser o *cara* que comanda essa empresa? Você pode se arriscar, daqui a três anos quem estiver na cadeira vai dizer: *Não quero mais, agora pode assumir.* Exatamente, estou falando da Prefeitura Municipal de Curitiba. *Que arrecadação que é essa, Galo?* Radares, multas, estacionamentos pagos em todos os grandes bairros de Curitiba. E atenção porque vamos aumentar a meta. *Mas como é que aumenta a meta, chefe? Bota radar, bota radar, bota radar.* Aí o radar, fizeram a conta, tem que colocar mais 804 radares em Curitiba, grande Curitiba, para atingirmos o quê? Melhoria de arrecadação. Então, quero rapidamente explicar o que o engenheiro que esteve com o Galo hoje pela manhã me falou do tal do radar inteligente. Falei: *Espera lá, engenheiro, sexta-feira ganhei de presente, sexta-feira passada, não nessa, mas a que passou, ganhei de presente duas multas. Pô, olha aqui, mostrei para ele, uma de R\$ 138,00, a outra de R\$ 245,00, e os caras estão dizendo aqui que podia passar 20% a mais. Passei a 64 e o cara me multou. E na outra aqui é 40 por hora e passei a 42 e me multou. Está errado, vou processar! Vou para Jári, Jari.* Jari já é outra coisa, lá é cabide de emprego, que deveria ser só de técnicos e especializados, não emprego de quem manda. Então, senhoras e senhores, ele me explicou o tal do radar inteligente. Vamos pegar aqui a Visconde de Guarapuava, aqueles, a maioria conhece a Visconde de Guarapuava, porque a Mabel quando sai naturalmente passa pela Visconde de Guarapuava para ir para a sua bela cidade, Ponta Grossa, e todos os demais. O Adelino passa pela Visconde de Guarapuava quando vai sair de viagem, Estacho passa pela Visconde se vai sair para ir para a tua região, passa por ali, é obrigatório, não tem outra saída, se tem, é mais fácil pela Visconde de Guarapuava. Então, na Visconde de Guarapuava, senhoras e senhores, temos o primeiro radar, ele marca 50 por hora. Mas o próximo radar é de 40, aí você dá uma aceleradinha, quando você, porque todos fazemos isso, estou passando a 50 por hora e lá vem aquele radar de mercadoria, dou uma freadinha e passo bonitinho, passei pelo radar a 48...

Deputado Professor Lemos (PT): Um aparte, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Perfeitamente. Quem chamou? Por favor, é um prazer ouvi-lo.

Deputado Professor Lemos (PT): Quero cumprimentar V.Ex.^a por trazer mais uma vez à tribuna da Assembleia esse tema, que a indústria da multa. É a indústria também desta chamada zona azul, do EstaR, que em cada cidade tem um nome. Mas em Curitiba passou do limite, V.Ex.^a está coberto de razão, vemos ruas com pouco movimento, ruas nos bairros, e aí tem lá a cobrança do EstaR, isso é para arrecadar, como V.Ex.^a tem afirmado reiteradamente vezes nesta tribuna. Então, quero aqui dizer que concordo com o pronunciamento de V.Ex.^a, isso está errado. Onde se arrecada? A alfândega não pode ser a rua, a alfândega não pode ser com radares com esse EstaR. Isso está errado, está onerado a população. E também mudar os limites, na mesma rua tem limites de velocidade de 40, de 50, de 60. Então, está trazendo bastante transtorno para a população, está fazendo com que essas empresas que arrecadam, arrecadem mais, e isso contraria o interesse público e não traz segurança para a nossa gente. Parabéns.

DEPUTADO GALO (PP): Muito feliz V.Ex.^a, um Deputado do seu quilate, tenho muito respeito pelo trabalho que o senhor faz aqui nesta Casa, Professor, e o senhor envaidece esse Deputado, mas o senhor soma com o seu conhecimento, com a sua propriedade política. Muito grato pela sua participação. Senhoras e senhores, vamos voltar aqui então. Oitocentos e quatro radares a mais serão instalados em Curitiba. Então pega lá, radar pela Visconde de Guarapuava que eu falava aqui, Boquinha, você que vai para a sua linda Londrina, deixa só eu concluir e vou te dar a palavra. Você vai para Londrina, você passa na Visconde, então o primeiro é 50, aí dou uma aceleradinha, chega no 50 dou uma freadinha, o próximo é 40, aí dou aceleradinha para chegar no 40, mas seguro o carro, sou multado. Espera aí, Turini, como é que sou multado se passei a 40 e meio? Acontece que o radar inteligente, esse sacana, qual é conta que ele faz? Se saio do ponto de 60 por hora, vou para um ponto de 40 por hora, tenho que ter levado “x” segundos. Se eu passar a mais desse tempo, é sinal de que acelerei em uma via que é de radar, que você não pode passar de 60, mas fui a 70 para chegar até

o próximo radar. Então, sou roubado. Roubado. Não pode falar roubado, não é, Turini? Desculpe, V.Ex.^a manda arrancar das páginas taquigráficas e, digamos assim, *passaram-me a mão*. Depois estou vendo a nossa linda Deputada Mabel, Boquinha, vou deixar a dama falar também.

Deputado Boca Aberta Junior (PROS): Obrigado pelo aparte, Deputado Galo. Deputado Galo, é muito importante o tema que o senhor traz à tribuna hoje. Na nossa cidade não tem sido diferente também, em Londrina. O atual Prefeito Marcelo Belinatti autorizou a instalação de mais de 70 novos radares em toda a cidade. E lá tem uma curiosidade, porque a empresa responsável por fazer a gestão da instalação desses radares é a CMTU, que é a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização, companhia essa que é uma sociedade de economia mista, ou seja, há participações de pessoas com capital nessa empresa, melhor dizendo, nessa sociedade de economia mista, que é uma autarquia da Prefeitura de Londrina, que é quem coordena todo o trânsito do município. E com o aumento da arrecadação, como você muito bem disse, essa é a tal da indústria da multa, que tem se instalada em todas as cidades, não tem sido diferente aqui em Curitiba, em Ponta Grossa, em Londrina também temos esse problema. E esses proprietários têm uma alta arrecadação no final do ano, uma grande participação com as arrecadações das multas pelos cidadãos londrinenses, que são pagas anualmente. Então, estranha-me muito, até porque teve uma decisão do STJ recentemente que decidiu como inconstitucional todas as multas aplicadas pela CMTU, que é a companhia que cuida das multas, como te disse aqui, de todo trânsito de Londrina foram declaradas inconstitucionais, mas mesmo assim as pessoas que têm recorrido ao Jari, como o senhor mesmo disse, porque eles mesmo aplicam as multas e eles mesmos julgam. Então, é quase impossível você recorrer a uma multa de trânsito hoje e ganhar. Então, muito relevante o tema que o senhor trouxe e também temos esse problema na cidade de Londrina. Deputado, muito obrigado.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Por favor, Deputada.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Também quero me somar ao senhor nessa questão, ao Deputado Boca, porque em Ponta Grossa não é diferente. Esses dias, não é, Deputado Plauto, uma licitação de R\$ 8,5 milhões para que se colocassem mais 120 radares na cidade. A Prefeita que não sabe fazer gestão tenta arrecadar com a indústria da multa e prejudicar a população em Ponta Grossa. É evidente que os motoristas apressadinhos devem andar ali na velocidade correta, mas o que não podemos fazer com que esse mesmo motorista seja prejudicado com radares que vão estar ali, por exemplo, ali na faixa, sem a menor sinalização. Lá em Ponta Grossa, a licitação foi suspensa por um momento, porque outra empresa alegou aí que a licitação, além de tudo, estava sendo direcionada para outra empresa. Mas, infelizmente, também temos esse problema lá em Ponta Grossa. Parabéns pelo seu questionamento aqui com relação a Curitiba.

DEPUTADO GALO (PP): Grato, Deputada Mabel. Parece-me que a Prefeitura de Curitiba... *Que é isso, Galo, Curitiba é muito linda. Viva Curitiba!* Então, é o seguinte: Curitiba, senhoras e senhores, está aí, se com tudo que indiquei aqui que tem metas, Deputado Fruet, se isso aqui não é indústria, o que é indústria, então, que tem metas diárias por hora e ainda tem uma frota sucateada e que paga R\$ 5 mil por cada veículo? Sendo que uma prestação poderia ficar em R\$ 899. Era isso, nobre Deputado Turini. Cuidado para não ser multado em Curitiba. Grato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Coronel Lee.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados. Sexta-feira, dia 22 de abril, umas 18h30min, 19 horas estávamos nos deslocando para Francisco Alves, para variar atraímos raio. Em Palotina, em Nova Santa Rosa, Maripá, Assis Chateaubriand, Jesuítas e toda região, caiu uma tempestade, ventania, granizo, para variar quebrou todo o nosso carro, novamente mais um carro. Dessa tempestade toda, principalmente de granizo, destruiu várias casas,

comércio, galpões, derrubou postes, torres, matou animais. Gostaríamos aqui, Presidente, pedir uma atenção muito especial do Pimentel, da Copel lá, para que tivesse mais atuação, maior atuação lá, mais estrutura da Copel lá, porque fizemos, inclusive, encaminhamos um expediente já algumas semanas atrás. Fizemos uma reunião, trouxemos uma grande comissão dos produtores da região para conversar com ele sobre situações exatamente sobre fornecimento de luz. Tenho que pedir para o nosso Líder Marcel Micheletto para fazer gestão junto ao Secretário Ortigara, para que ele possa se deslocar pessoalmente lá e ver os estragos da safrinha. Já perderam a safrinha, a safra. Perderam tudo naquela região. Eles, inclusive, perderam tudo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, na galeria, pediria que não se comunicassem com os Deputados. Estamos em Sessão e atrapalha o orador aqui. Pode continuar, Deputado Coronel Lee.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Queremos pedir ao Líder do Governo aqui, Marcel Micheletto, também para que possamos fazer uma política de apoio aos produtores rurais, a exemplo da tarifa rural noturna. Abrir as negociações novamente. E pedir também ao Líder Marcel Micheletto possa marcar uma Audiência dos produtores com o Governador. Eles estão ávidos por ter mais essa reunião. Encaminhamos todos os expedientes aqui que eu falei e já está tudo no papel e vai chegar à sua mesa, Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Tião Medeiros.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Senhor Presidente, antes de iniciar a minha fala, queria dizer, muito provavelmente o orador que me antecedeu, o Deputado Galo, deixou aqui a sua bela corrente. Enfim, se puder entregar a ele. Muito obrigado. Quero iniciar saudando todos os Deputados presentes, Deputadas, a imprensa que nos acompanha e dizer que hoje é um dia de trazer um relato aqui oriundo do noroeste do Paraná e outro do litoral. Duas semanas atrás estive no município de Guaraqueçaba, o município mais antigo do Estado do Paraná. Um

município de 477 anos de existência. Um município que faz divisa com o Estado de São Paulo, onde a colonização iniciou o nosso Estado por ali. E, por incrível que pareça, ainda é um município que não tem ligação asfáltica. Ele é isolado praticamente. A forma mais viável de acesso é de barco, é pelo mar. Por isso o acesso rodoviário, são 80 quilômetros de estrada de chão. Uma estrada muito difícil, mas é fundamental para as pessoas que têm necessidade de ir à capital ou então de ir a Paranaguá, que é o centro mais próximo, o grande centro mais próximo. E a Viação fazia esse atendimento, a Viação Graciosa encerrou suas atividades ali no município. E, por essa razão, o meu pedido foi ao Governo que viabilizasse um ônibus para o município, para que pudesse fazer o transporte de seus passageiros, da sua população até o município mais próximo, o município de Antonina. E aí, sim, a partir de Antonina, a Viação Graciosa mantém linha regular e aí possibilitaria à população seguir. Aquele que não tem carro, aquele que realmente precisa o apoio do Estado, enfim, a população mais carente, menos assistida pela sorte, para que possa seguir, então, até a cidade de Paranaguá e também à capital do Estado aqui em Curitiba. Prontamente o pedido foi atendido e gostaria de agradecer a sensibilidade do Governo, porque esse pedido não é para mim, esse pedido é para a população que realmente precisa, aquela que anda de ônibus, que tem necessidades mais básicas. Por isso, queria fazer esse registro de agradecimento aqui em nome do Secretário Augustinho Zucchi. Da mesma maneira, Deputado Bazana, no final de semana que passou, estive na minha cidade Paranavaí com o Governador Ratinho Junior, com uma série de lideranças, o Deputado Romanelli, Deputado Adriano José, também o Secretario da Cohapar e pudemos, o Jorge Lange, pudemos fazer a entrega de 160 unidades residenciais na cidade de Paranavaí, em um evento maravilhoso, que foi repetido na cidade de Mariluz, também com entrega de casas para as pessoas, mudando a história de muitas famílias. Um evento muito bonito. Mas, de maneira especial, no município de Diamante do Norte, a entrega do colégio agrícola novo, que marca a história daquela cidade e de todo o noroeste. Colégio agrícola que atende a 34 municípios, alunos de 34 municípios da nossa região, que tem como vocação o agronegócio. Por isso aquele curso profissionalizante de Técnico Agrícola é

fundamental para nossa região, um colégio novo, com estruturas novas, saindo, portanto, do alojamento da Usina de Rosana e de Primavera, que terminou a obra em 1979. E, desde aquela data, foi utilizado o alojamento como colégio agrícola do noroeste do Paraná. Agora, não! Agora é uma nova estrutura, uma nova sede, R\$ 13 milhões de investimentos do Governo do Estado em parceria com o Governo Federal, pelo FNDE. E por isso gostaria de deixar claro esse registro. A todos que participaram desde o princípio, Deputado Romanelli também esteve conosco, Deputado Adriano José, Deputado Márcio Nunes e o Governador, enfim, dizer que é uma satisfação muito grande saber que o nosso trabalho alcançou o extremo noroeste de maneira efetiva, a contribuir com a vida das pessoas que realmente precisam. Por isso fiz questão de vir aqui hoje, em nome do noroeste do Paraná, estender os meus agradecimentos ao Governador Ratinho Junior, ao Secretário Norberto Ortigara, também ao Secretário de Educação que permitiram a viabilidade dessa obra que é transformadora na vida de tantos alunos, fazendo com que a formação técnico-profissionalizante, em um curso voltado à agricultura, ao agronegócio, que é o arrimo da nossa economia paranaense e do noroeste do Paraná. Por isso, Presidente, agradeço muito, em nome do Governador Ratinho e de todo o Governo pela satisfação de ter participado dessa entrega. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Tercílio, demais membros da Mesa, Deputadas, Deputados, todos que nos acompanham. O segundo ano do Sesi Internacional, sejam bem-vindos aqui. Quero agradecer de forma especial o Secretário da Saúde de Capanema, o João Anasvelter, a Diretora do Departamento, Camila Eduarda Lopes e a Enfermeira Luciane Carla Vonche – não sei se falei corretamente – e dizer que essa região, conforme eles me abordaram aqui, é muito bem representada pelo Deputado Nelson Luersen. Deputado Nelson, eles estão aqui porque hoje – é o motivo dessa minha fala –, faremos uma singela e modesta homenagem às entidades e aos profissionais de

saúde, porque amanhã, dia 26 de abril, por uma propositura minha, mas amplamente aprovada por esta Casa, Deputado Tercílio, colocamos como um dia da valorização dos profissionais de saúde. O dia 26 não é gratuito, ele foi estabelecido porque, sabidamente, pelas informações que temos, foi no dia 26 de abril de 2020 que tivemos registrado o primeiro óbito de um profissional de saúde, uma técnica de enfermagem, a Valdirene, que, inclusive foi destacado aqui. Por isso marcamos essa data como uma data de valorização desses profissionais. Fica aqui o convite, é às 18 horas aqui no Plenário desta Casa. A proposição é minha, desta Sessão Solene, mas sei e faço independentemente de qualquer questão que tenha sido colocada aqui. Qualquer dúvida que tenhamos com relação aos encaminhamentos das entidades, dos gestores, acho que está claro, para todo mundo, o grande trabalho que os trabalhadores da saúde, que as trabalhadoras da saúde tiveram, do SUS e também da iniciativa privada. Então, este dia é um dia para que possamos fazer essas homenagens, porque é o trabalhador anônimo, aquele que está no posto de saúde, que está lá no hospital, que não sabemos nem o nome e que muitas vezes, e foram esses que adoeceram, foram esses que faleceram, foram esses que estão com sequelas, foram esses que ficaram muito tempo sem o convívio com suas famílias, isolados, trabalhando em turnos substituindo profissionais! E esses merecem nosso respeito. Sei que tem muita gente querendo puxar os louros para cima de uma ou outra pessoa. Não tem ninguém aqui no Paraná ou no Brasil que tenha feito mais do que o trabalhador e a trabalhadora anônima do Sistema Único de Saúde neste País. O SUS tem um monte de situações, deficiências que ainda precisa resolver, mas deu uma prova inequívoca, com a Sociedade Civil Organizada, com as grandes corporações, com os poderes locais, do seu valor. O SUS sai do enfrentamento da pandemia muito mais fortalecido. Agora temos que tirar lição disso, porque não estamos livres de outra epidemia ou de outra pandemia, seja ela do coronavírus ou de qualquer outra coisa. Isso faz parte da história da humanidade. Seguidas vezes tivemos essas situações. Agora temos que tirar lições positivas de capacitação contínua dos nossos profissionais; de estruturação de setores que são fundamentais. Será homenageado hoje, aqui, por exemplo, um

grupo da Fiocruz que está trazendo uma nova planta para a produção de vacina aqui para o Paraná, lá na área do Tecpar, ali na CIC, na Cidade Industrial de Curitiba, Bazana. Vejo que tem coisas que foram estratégicas, tem coisas que dependem da soberania deste País, porque não tem como fazer democracia sem saúde e nem tem como ter saúde sem democracia. E não tem como fazer tudo isso sem o SUS, entendendo o SUS, tanto serviços municipais, estaduais e federais vinculados ao Poder Público, como as parcerias, porque o SUS não é só o poder público, o SUS tem as suas parcerias dentro das suas regras e essas parcerias são importantes. Então hoje também homenagearemos a Federação das Misericórdias do Paraná... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Michele, para concluir, por favor.

DEPUTAD MICHELE CAPUTO (PSDB): Concluindo, Presidente. A Federação dos Hospitais, as entidades todas; as sociedades científicas; as sociedades médicas; a representação de todos os profissionais considerados profissionais de saúde. Então, teve uma somatória com relação ao enfrentamento, mas os profissionais de saúde, com certeza os trabalhadores e as trabalhadoras fizeram e fazem a diferença sempre. Boa tarde. Bom trabalho a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, Deputado Tercílio, mais uma vez minhas saudações a todos os Parlamentares, saudar os estudantes, as estudantes que estão aqui hoje acompanhando a Sessão. Tem alguém com 16 anos aí, ou mais? Já tiraram o título de eleitoral? Não? Até o dia 04/05, gente, é a data limite para todos que completam 16 anos tirarem o título para regularização eleitoral, para trazer, Deputada Mabel, quem vota em Ponta Grossa, mas está com o título ainda aqui em Curitiba ou vice-versa. É muito importante que todos, principalmente a juventude, exerça o direito eleitoral. E nesse sentido, Sr. Presidente, falei semana passada e vim aqui hoje trazer o resultado da ação

encabeçada pelo TRE, neste final de semana. Houve um mutirão feito pelo TRE e aqui quero agradecer, nominalmente, o Presidente do TER, Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Welington Emanuel Coimbra de Moura, que recebeu o nosso pleito, a nossa sugestão com a Defensoria Pública da União, de um trabalho específico com as comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras do Paraná. Senhores Deputados e Deputadas, esse mutirão trouxe dados muito importantes. Deputado Tadeu Veneri, no sábado, 1.166 cidadãos tiveram a regularização dos seus títulos eleitorais em diversas regiões do Estado, desde Irati, Tomazina, Londrina, Guarapuava, Chopinzinho, Terra Roxa, Mangueirinha, áreas indígenas e, em especial, o município de Guaraqueçaba, que contou com a presença da comitiva com o próprio Presidente do TER. Teve também um número muito expressivo: 176 no sábado e 96 no domingo. No total, senhoras e senhores, 2.138 cidadãos tiveram nesse mutirão, Sr. Presidente, a regularização do seu título eleitoral. É óbvio que esse é um tipo de ação que deveria ser permanente. O direito eleitoral e a possibilidade de exercermos os direitos políticos é uma prerrogativa da democracia. O Brasil viveu anos tenebrosos com a ditadura, onde a expressão livre não era permitida, onde o direito ao voto era também interdito. Então, temos, sim, que celebrar a democracia e celebrar votando, votando de forma muito consciente. Então, quero aqui, Sr. Presidente, na sequência, inclusive, creio que um voto de congratulações assinado por todos os Parlamentares ao TRE, por essa ação muito importante. Estamos falando especialmente, Deputado Guto, de comunidades vulneráveis, comunidades que sofrem com a falta de políticas públicas. O município de Guaraqueçaba, em especial, conta com duas comunidades quilombolas, conta com comunidades indígenas e também comunidades caiçaras, e invisibilizadas historicamente pelo poder público brasileiro. Então, o primeiro passo para retirar esse manto da invisibilidade é a garantia do voto, é a consciência do voto. Então, Sr. Presidente, quero deixar este registro aqui, agradeço muito. E outro tema que gostaria de abordar nesse minuto que me resta é um fato lamentável, um fato criminoso que merece todo o nosso repúdio, que houve recentemente aqui na Região Metropolitana de Curitiba, em Piraquara, onde a Dayane Padilha, uma senhora,

uma cidadã, descendente de indígena, professora da rede estadual em Campina Grande do Sul, ela se dirigia, Sr. Presidente, à Floresta Estadual Metropolitana, que passa por um processo de retomada por parte da população indígena, já em acordo com o Governo do Estado, com o IAT, que liberou essa área para ser um Centro Cultural da Cultura da Indígena. Essa senhora, a Dayane, ela estava a caminho desse local, com um motorista de aplicativo, quando ela foi violentamente agredida por esse motorista, que a arrancou do carro onde ela estava, onde ele, como prestador de serviço, fez esse ato criminoso de agressão a uma mulher e um ato igualmente criminoso de racismo. O racismo é crime, senhoras e senhores. E nosso mandato, Deputado Tadeu, vamos encaminhar à Comissão de Direitos Humanos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Goura, para concluir, por favor.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente! Para que todas as providências sejam tomadas, inclusive com uma denúncia ao Ministério Público. Já estamos em tratativas com a própria vítima, mas também com a Polícia Civil e com o Detran. É importante, Sr. Presidente, que haja um olhar para que mudemos esse cenário. Há uma violência de gênero, há uma violência racial cometida nesse caso e que isso não pode mais se repetir no Estado do Paraná. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra, Deputada Mabel Canto.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Mabel Canto (PSDB); Ricardo Arruda (PL); Adelino Ribeiro (PSD); Tadeu Veneri (PT); Homero Marchese (REP); Marcel Micheletto (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde às Deputadas, aos Deputados, a todos que nos assistem, aos alunos presentes aqui

na nossa tribuna! Quero falar aqui de dois assuntos hoje. O primeiro relativo a um Projeto de Lei que iremos votar, que garante a presença da doulas nas maternidades, nos hospitais aqui do Estado do Paraná, que será votado em segunda discussão. É um Projeto que garante a presença das doulas quando as nossas gestantes optarem por elas estarem junto. E foi um trabalho que fizemos com o Deputado Goura, com a Deputada Cristina Silvestri, com o Deputado Gilson de Souza, com a Deputada Luciana Rafagnin, e que tem como objetivo o nascer bem no Estado do Paraná. E as doulas elas contribuem de forma muito importante para o nascer bem dos nossos paranaenses. Então, é um Projeto importante que queremos pedir, desde já, o apoio de todos os Deputados. Mas o assunto que gostaria também de tratar aqui é sobre privilégios. Na verdade, sobre o fim dos privilégios que tanto o Governador Ratinho Junior tem falado ali nas propagandas da televisão. Fala-se tanto na diminuição dos privilégios, com a diminuição das Secretarias de Estado, com a entrega das aeronaves que eram alugadas, mesmo que o da Copel ainda esteja sendo usado, Deputado Soldado Fruet, e, na verdade, queria falar justamente sobre privilégios na Copel. Uma notícia, deste final de semana, que trago aqui para que vocês possam ver, trata aí de que o Presidente da Copel teria recebido R\$ 427 mil em bônus por desempenho. “Remunerações crescentes dos diretores são obtidas via aumentos desnecessários na conta de luz.” Segundo a reportagem, informações internas da empresa a que o Sindicato dos Engenheiros teria tido acesso, o bônus pago ao Presidente da Companhia em função do desempenho, no ano passado, foi de R\$ 427 mil. Isso equivale a mais ou menos um pouco mais de seis vezes o salário mensal do Diretor-Presidente, que seria aí de R\$ 67 mil. Já é um bom salário, não é, 67 mil? E aí ele ganhou mais esse desempenho de R\$ 427 mil. Outros diretores da empresa também teriam recebido bônus na faixa de R\$ 400 mil. A Copel, em 2021, obteve um lucro bruto de quase R\$ 8 bilhões. Um recorde que, segundo os críticos, tem a ver com os valores cobrados aí da população na conta de luz. Notem vocês que, em plena pandemia, no ano passado, Deputada Luciana, onde milhares de pessoas ficaram desempregadas, tendo inclusive cortes de luz, mesmo com uma lei aprovada aqui nesta Casa que dizia o contrário, mesmo

assim, a Copel teve lucro, mas em vez de repartir esse lucro com a diminuição na tarifa, no bolso do paranaense, do contribuinte paranaense, ela dividiu boa parte com a sua diretoria: R\$ 2 milhões 702 mil. Isso no ano passado. Remuneração variável prevista caso as metas fossem atingidas e, para o ano que vem, o valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas, será ainda maior: R\$ 3 milhões e 66 mil só para diretoria, sem contar na proposta de aumento dos salários dos conselheiros, mais de 62%. E aí vemos, Deputado Soldado Fruet, a denúncia que o senhor trouxe ontem para nós lá dos produtores do noroeste, que ficaram sem energia, tiveram a energia interrompida, os avicultores. Enquanto a Copel distribui os lucros para sua diretoria, vemos a situação dos nossos produtores rurais do noroeste. Para ter uma ideia, 120 aviários afetados pela falta de energia, 13 milhões de toneladas de proteína animal que correm o risco de morrerem, porque só estão com geradores funcionando. Os geradores estão fazendo a energia funcionar, mas gerador não é para funcionar 100%, é em casos de emergência. Sem contar lá, Deputado Guerra, na sua região sudoeste, Mariópolis, Clevelândia, o município que nasci, que também neste final de semana, neste feriado, também tiveram corte de luz, a energia elétrica interrompida, horas sem energia. Olha o prejuízo para o produtor rural do nosso Estado! Olha, acho que além do produtor rural é um prejuízo para o Estado. Já pensou se essas aves morrem? Também teremos um prejuízo sanitário aqui no Estado do Paraná. Não podemos permitir isso! E ainda lembro-me do pai, da mãe de família que ficou desempregado na pandemia, que não tem acesso aos programas de tarifa social do Estado por algum motivo, e que não conseguem pagar a luz ou que pagam com muita, muita, com muita dificuldade...

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte, Deputada?

Deputado Soldado Fruet (PROS): Um aparte também, Deputada, aqui. Senhor Presidente, Sr. Presidente, esses microfones aí não estão funcionando não. Pedimos ali a fala e não funciona. Dá para dar uma olhada aí?

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Vou conceder à Deputada Luciana, então.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Vou pedir para a assessoria verificar isso aí.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Obrigada, Deputada Mabel! Rapidamente, só queria parabenizá-la pelo seu pronunciamento e endossar aqui suas palavras. Temos uma grande preocupação, realmente, com o que vem acontecendo no nosso Estado do Paraná com relação aos serviços prestados da Copel. São inúmeros agricultores que têm prejuízos enormes, principalmente quem trabalha com aviários, essa questão da avicultura, e também quem trabalha na produção do leite. Falo da nossa região sudoeste do Paraná, onde é grande a produção de leite, existem hoje inúmeros agricultores, ou seja, a maioria dos agricultores familiares trabalha com a produção e tendo a sua principal fonte de renda no leite, no entanto essas quedas de energia que têm acontecido frequentemente têm trazido grandes prejuízos para os nossos agricultores e vemos cada vez mais o lucro da Copel sendo dividido entre os acionistas e para os agricultores só prejuízo, ou seja, para o povo trabalhador um custo altíssimo na conta da luz, para os agricultores um prejuízo enorme com a falta, com as quedas frequentes da energia, no entanto a Copel tendo um lucro enorme. Então, parabéns pelo seu pronunciamento. E acredito que está na hora de o Governo olhar para a Copel, mas olhar para a Copel pensando no prejuízo que está trazendo no bolso de todo o povo paranaense do nosso Estado.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Obrigada, Deputada. Soldado Fruet.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Parabéns, Deputada, por levantar este assunto. Venho levantando este assunto desde que me conheço como Deputado nesta Casa! Esses 3 milhões e pouco, Deputada, são para dividir somente por sete Diretores, que já recebem um salário de R\$ 66 mil. Esse é um bônus por cumprir metas. Mas quais metas? Dar lucro para a Copel. Mas como? *Tirando do couro* do povo paranaense. Aí vem aquela pergunta que o Deputado Homero uma vez fez e ficou na minha cabeça: Mas a Copel é de quem mesmo? Obrigado.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Justamente. Então, queria que o Governador falasse sobre esse corte de privilégios também na nossa Copel, porque, como disse o Deputado Soldado Fruet, parafraseando o Deputado Homero, quem é o maior acionista da Copel? É a população. É a população deste Estado, que tem pago tarifas muito altas e que não vê a distribuição dos lucros incorrendo na diminuição da tarifa, muito pelo contrário, os lucros sendo divididos pela Diretoria. Aliás, é preciso dizer que houve mudança de privilégios neste Governo, aumentaram os privilégios na Copel! Até o ano passado, todos os funcionários da Copel recebiam o mesmo bônus, mas depois do novo plano de distribuição de lucros, enquanto os Diretores têm direito a receber seis salários, aquele funcionário lá na ponta, que atende à população lá na ponta, esse recebe apenas um. Vamos protocolar um pedido de providências para o Governo do Estado, pedindo informações sobre o que foi levantado nesta notícia. O Governo, claro, evidentemente acho que até posso adiantar que vai dizer que não tem como interferir na Copel e tudo mais, mas o Governo, quero lembrar, indica cinco dos nove Conselheiros, tem a maioria, então, se quiser, essa maioria que ele tem lá no Conselho, pode, sim, apresentar mudanças significativas em prol da população, como por exemplo a divisão desses lucros... (É retirado o som.) Para concluir, Presidente. Como a divisão desses lucros em prol da diminuição da tarifa. Então, volto novamente a dizer aqui: chega de privilégios! Vamos contar lá no programa eleitoral, na propaganda sobre o fim dos privilégios de verdade. Fim dos privilégios seria a diminuição da tarifa da Copel para os paranaenses. Obrigada!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Vamos lá! Senhor Presidente, colegas Deputadas e Deputados e todos que nos acompanham pela *TV Assembleia* e demais mídias. Bom, antes de iniciar a minha pauta, ouvi a fala do Deputado Goura e tenho que fazer uma correção aqui, até porque tinha aqui alguns jovens e saem com informação errada desta Casa. Nunca houve ditadura em nosso País, quem inventou isso aí foi a esquerda. Ditadura houve em Cuba, Venezuela, que

ocorre até hoje, que *ganharam o Governo na bala*, matando quem era contra. Isso foi ditadura! No Brasil houve um regime militar a pedido do povo, a grande maioria da população, mulheres, homens e também políticos, foi às ruas e pediu o regime militar, porque estava esculhambada a gestão do nosso País, uma roubalheira generalizada. Aí os militares assumiram para pôr ordem na casa e devolveram sem guerra nenhuma. Sem guerra nenhuma. Os únicos que dizem que foram torturados foi quem mereceu ser torturado, que eram guerrilheiros e terroristas que explodiam bancos, saqueavam, roubavam. Esses mereciam, sim! E acho que foi pouco ainda. Então, aqui nunca houve ditadura. E vivi nesse regime militar aqui e vivíamos muito bem, obrigado. Tinha disciplina, não tinha tanta bandidagem, não tinha roubalheira, foi um Governo muito bom realmente. Só para corrigir isso aqui, porque a história, eles, a esquerda mudou a história. Incrível que ouvi o Deputado falar em censura, que tinha no regime militar, porém quem está falando em censurar a imprensa e os veículos de comunicação é o Lula. Todo discurso dele, ele já está afirmando: *Vou, sim, fazer a censura e controlar as mídias*. Ora, gente, esse, sim, quer implantar a ditadura em nosso País. Então, que fique claro isso. Outro assunto que tenho que tratar aqui é parabenizar o nosso Presidente Bolsonaro pela atitude de fazer um decreto de indulto, de graça ao condenado arbitrariamente Daniel Silveira, Deputado Federal, que, como qualquer Parlamentar, como nós Deputados e como Senadores, pelo art. 53 da Constituição Federal, somos invioláveis por quaisquer palavras, pensamentos e votos. Olhem a palavrinha que tem aqui: quaisquer. Acho que o Ministro Alexandre de Moraes não leu a Constituição ou fingiu que não entendeu. Então, jamais ele poderia ter sido condenado. E lamento muito a covardia dos 364 Deputados Federais que votaram pela prisão dele. Não é, Deputado Plauto? Uma vergonha. Abriram um precedente grave contra a Constituição Federal. *Ah, mas ele exagerou na fala*. A Constituição é clara: quaisquer. Se ele exagerou e ofendeu alguém, que o processem! Agora, prender? E a loucura foi tanta do STF que daí, na última condenação, agora, deram oito anos de prisão em regime fechado! Um homicídio são seis anos de cadeia e um Deputado Federal, porque falou mal do STF, pegou oito. Ora, se isso não é uma ditadura do Judiciário, não tem outro

termo. Então, o Presidente Bolsonaro mais uma vez acertou, atuou nas quatro linhas da Constituição Federal e deu o indulto, que é prerrogativa do Presidente da República. Parabéns ao nosso Presidente! Parabéns à nossa liberdade! Vamos dizer ao STF que eles não mandam em nosso País e eles não estão acima da lei! Todos somos iguais perante a lei. Acho que os *capa-preta* às vezes acham que são mais do que os outros. O Presidente os colocou no lugar devido. E agora querem manter ainda a multa de 15 mil por dia, porque o Daniel Silveira tem que usar tornozeleira. Ora, isso é uma barbaridade! Se anulou a condenação, anulou tudo. Não tem mais! Tornozeleira como? Está livre, não tem mais condenação. Então, o STF continua agindo erradamente. E aí quando vemos o Ministro Barroso, outro, dizendo, falando mal das Forças Armadas, que estão atacando outro Poder, que é o STF, que estão dizendo mentiras sobre as urnas... Ora, Ministro Barroso, o senhor já passou de todos os limites também! Ou o senhor muda o seu jeito, ou o senhor está criando um confronto dentro do nosso País, está criando um conflito entre Poderes. Cuidem da vida de vocês, cuidem do STF. Vocês são pagos para quê? São guardiões da Constituição Federal e vocês rasgam a Constituição todo o dia. Ora, até quando isso? Vocês querem que aconteça o quê em nosso País? Que vocês já se tornaram um puxadinho do PT, já sabemos! Virou um partido político. Isso todo mundo já sabe! Porém, o povo brasileiro, hoje, está muito atento. Dia 1.º de maio, agora, em todo o Brasil, terá um movimento grande. Vou dizer claro aqui: movimento democrático. Famílias que vão às ruas, vestidas com verde e amarelo, defender a nossa liberdade, defender o nosso Brasil e apoiar o nosso Presidente Bolsonaro. Esse é movimento que teremos no dia 1.º de maio. Convoco aqui em Curitiba, faremos um grande movimento. Convoco os curitibanos ou quem mora aqui perto na Região Metropolitana, não deixem de comparecer nesse movimento, que será aqui a partir das 14 horas no Centro Cívico. Será uma grande manifestação. Vamos mostrar a todos que o povo está alerta e que o povo defende a liberdade e defende a Bandeira verde-amarela. Nós, conservadores e patriotas, temos que estar unidos no Brasil inteiro, para evitar que amanhã o nosso País seja entregue para essa corrupta esquerda, que onde põe a mão no mundo inteiro é destruição.

Destruição! Vejam no Chile. No Chile a direita não foi votar, acomodou-se, a esquerda tomou o poder. Não faz nem um ano, Deputado Tercílio, nem um ano e já estão pondo fogo em Igreja lá no Chile, lamentavelmente. Da mesma maneira que teve um meliante aqui do PT que invadiu a nossa Igreja, uma Igreja Católica, aqui, dizendo que é um movimento. Movimento de vagabundo, sem-vergonha, invadir Igreja, ato criminoso, inconstitucional. É o que digo, meliante tem que levar é *cacetada* mesmo e tiro de borracha, Deputado Fruet, senão, não aprende. Se ficar só passando a mão na cabeça: *Ah, tadinho, está no movimento*. Ele só invadiu o culto religioso, arrancou o microfone do padre e pegou aquela bandeira, com aquela foice, aquela coisa horrorosa, que no nosso País não vai pegar mais. Por isso, aqui, que estou com os meus projetos nesta Casa, o Projeto de Lei para proibirmos definitivamente a ideologia de gênero em nosso País. Chega de mexer com as nossas crianças e confundi-las, dizendo que ela é menininha, mas ela escolhe o gênero dela e pode virar menino, ou vice-versa. Não pode, é óbvio que não pode. Nenhum pai, nenhuma mãe, quer isso aqui. Queremos que o professor dê a aula que está lá no currículo escolar dele. Isso que tem que ser feito. Da mesma forma, outro Projeto que está aqui nesta Casa, para proibir de vez esse tal de banheiro neutro, o banheiro igual para todo mundo. Como? Então, em uma manhã, você está com a sua filha e a sua esposa no banheiro, entra um travesti no banheiro, porque ele acordou achando que é mulher. Ora, isso é falta de vergonha na cara. Onde já se viu? É o que digo, essa esquerda quer o *quanto pior, melhor*. Quer liberar droga, quer liberar aborto, quer ideologia de gênero, tudo que não presta. Acho que temos que começar a explicar, ter uma matéria na escola, Deputado Plauto, que ensine as crianças e diga a verdade, o mal que o comunismo causou no mundo. Foram mais de 100 milhões de vítimas assassinadas por comunistas ditadores. Essa matéria tem que ser dada no colégio, porque eles inverteram a pauta dizendo que o militar era o criminoso. Ora, o militar assumiu o Governo para pôr ordem na Casa, a pedido do povo, sem dar um tiro sequer. Vem com essa conversa fiada de ditadura, essa pouca vergonha. Os mesmos que falam isso no Brasil, defendem o Governo de Cuba, defendem o Governo na Venezuela e acham que é normal. Eles acham que lá é democracia e

aqui é ditadura. Há uma inversão de valores, há uma falta de conhecimento ou falta de vergonha na cara. Não sei o que é, mas que é muito estranho é. Mas o povo brasileiro está bem acordado e bem atento. Então, parabéns ao nosso Presidente Bolsonaro, mais uma vez. Pelo jeito que está, aonde o Presidente anda no Brasil inteiro, são multidões que vão abraçá-lo e tirar foto com ele, enquanto... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Arruda, por favor, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir. Enquanto, Deputado Tercílio, aquele que se diz que está em primeiro lugar, o Ex-Presidente, não anda na rua, não faz campanha com o povo, tem medo do povo, tem medo de ser xingado. Ele falou que não aguenta mais ouvir ser chamado de ladrão. Ora, mas o senhor roubou. Então, está aí a prova viva, a maior pesquisa é na rua. Saia na rua, Lula! Por que não foi na Feira de Londrina? Por que não foi em Ribeirão Preto? Vai lá passear no meio do povo. O senhor é o querido, é o que está em primeiro lugar, ponha a cara, está convidado a ir. O que falta é coragem, isso é o que falta para ele, porque sabe que o povo brasileiro não aceita mais esse tipo de Governo em nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Adelino Ribeiro.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Senhor Presidente, queria agradecer a oportunidade aqui. Cumprimentar a Mesa e todos os Parlamentares. Estou sentido com a morte do nosso Cabo lá em Guarapuava. Nós, que moramos no interior, sabemos do tamanho do perigo que corremos com essas quadrilhas organizadas que tem hoje em nosso Estado. Venho batendo muito firme lá em Cascavel, para termos a primeira Companhia da Polícia do Choque em Cascavel. Sei que lá o Deputado Pacheco é dessa área e o Coronel Lee que é dessa área sabem do que estamos falando lá da cidade de Cascavel. Importantíssima essa companhia, que precisa ter. O Grupo Choque hoje só tem em duas cidades, na cidade de Londrina

e na cidade de Curitiba. Por que não ter na cidade de Cascavel? Faço aqui um apelo ao Governador Ratinho Junior. Já estive conversando com o Secretário dias atrás sobre esse assunto, em uma visita dele em Cascavel, e espero uma posição muito firme, para que o que aconteceu em Guarapuava não aconteça em outros lugares, em uma cidade grande como Cascavel, em uma cidade como Ponta Grossa, cidades importantes e grandes, que têm que ter estruturas policiais muito fortes, para não deixarem acontecer o que aconteceu na cidade de Guarapuava. Espero, sinceramente, que realmente Cascavel receba a primeira Companhia do Choque lá em Cascavel. Espero, porque até como cidadão cascavelense, por adoção, temos que ter no mínimo condições, para que em um dia se acontecer um fato, como aconteceu lá em Guarapuava, tenhamos a estrutura necessária para poder combater esses cidadãos que vêm fazendo do crime à força no meu Estado. Senhor Presidente, esse assunto muito palpitante espero providências, principalmente, Pacheco, em cima da 1.^a Companhia do Choque. Já fiz esse apelo ao Governador. Foi um dos primeiros pedidos, Líder do nosso Governo Marcel, que é da nossa região. Quem era dessa área da segurança sabe do que estou falando, de ter a Companhia do Choque em Cascavel. Quem é da área sabe. O malandro sabe que em lugar que tem esse tipo de armamento com a polícia, essa estrutura, a tendência é de o malandro não atuar, principalmente nas cidades onde tem a Companhia do Choque. Senhor Presidente, ontem, dia 24 de abril, foi o *Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais*. Vi que a nossa Assembleia está tendo a oportunidade de ter aqui pessoas competentes, para estarem fazendo. A data marca o dia que a Libras foi reconhecida, regulamentada, em lei. A língua completa 20 anos de reconhecimento como meio legal de comunicação, entre os surdos, a Lei n.º 10.436/2002. É importante aqui no Paraná, essa data é comemorada pela Lei n.º 16.596/2010, porque essa data é importantíssima, Sr. Presidente, para as pessoas surdas em nosso Estado terem esses investimentos. Falo que empresas grandes, diversas empresas já estão tendo a contratação desse tipo de profissional, mas que cuidem com maior carinho dessa importante ferramenta que podemos dar. A Assembleia Legislativa já tem dado a sua parte, feito a sua parte, com profissionais com muita qualidade. Então, nesse dia tão

importante, que foi ontem no dia 24, somo-me a todas as pessoas de Libras, que realmente fazem dessa ferramenta uma ferramenta importante, para uma quantidade, mais de 10 milhões de pessoas no nosso País têm problemas de audição. Então, mais do nunca, termos essa ferramenta importante em meu Estado e em nosso Brasil. Aqui no Paraná esperamos que façam investimentos, que têm sido feito investimentos em algumas empresas grandes. Mas importantíssima a comemoração do dia 24 de abril, o *Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais*. Deixo aqui um agradecimento a esta Casa de Leis e também que se divulgue para outras empresas de grande porte também terem a possibilidade de termos a... Pois não, Pacheco, Deputado Pacheco.

Deputado Marcio Pacheco (REP): Deputado Adelino, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, especialmente no tocante a vossa demanda, para a implantação de uma Companhia do Choque na cidade de Cascavel, uma demanda importante, que o cumprimento por essa iniciativa, quero que V.Ex.^a conte com o meu apoio no que eventualmente estiver no meu alcance a ajudar. É realmente uma demanda importante, porque quanto mais tivermos a presença desse tipo de policiamento evidentemente que conseguiremos evitar esse tipo de situação, por exemplo, que lamentavelmente vimos lá na cidade de Guarapuava. Já temos uma demanda que já está encaminhada ao Secretário da Segurança Pública. Acho que precisa ser dado um desfecho logo, já foi decidido com o Governo, já foi encaminhado com a Casa Civil, que é também da nossa Escola de Formação de Praças da Polícia Militar que será também na cidade de Cascavel. Então, são conquistas importantes que estamos trabalhando pelo bem da nossa cidade de Cascavel, unidos nessas pautas que beneficiam a nossa cidade. Parabéns e conte comigo.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Com certeza. Agradeço a sua colocação, acho importante, e lá não brigamos pelo espaço, brigamos pelo fortalecimento da região e da nossa cidade. Isso é importante. Tivemos até dias atrás o Vice-Líder Gugu também encampado em algumas bandeiras importantes para a cidade de Cascavel e região, o Coronel Lee que também é de Cascavel, também tem feito o

seu trabalho, além dos Deputados Federais da nossa cidade que têm nos ajudado. Então, que realmente o Governo do Estado aquilo de direito ao cidadão da região Oeste do Paraná, a segurança muito forte que tem a cidade de Londrina e tem a cidade de Curitiba, que também tenha lá na capital do Oeste do Paraná, a cidade de Cascavel.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Realizamos hoje, Sr. Presidente, pela Comissão de Direitos Humanos, uma Audiência Pública que contou com a presença de diversas Vereadoras, Vereadores, do Ex-Presidente da Comissão de Direitos Humanos de São Paulo, Ex-Deputado Renato Simões, do Gaeco, do Ministério Público, da Desembargadora que faz parte aqui no Paraná do Tribunal Regional Eleitoral, e essa Audiência tratou justamente da violência política, representatividade e democracia. Um tema que está sendo extremamente necessário no momento em que vivemos o oportunismo e a baixaria como regra, não é de hoje. Aliás, vimos isso agora, Deputado Arilson, quando Jair Bolsonaro cada dia descendo mais ao esgoto, resolve ter o seu bandido de estimação. Aqueles que diziam: *Não, Bolsonaro não irá ao centrão*. Está dormindo com o centrão. *Bolsonaro não tem bandido de estimação*. Não tem porque tem muitos, não tem um bandido, tem vários, Silveira foi a prova disso. *Bolsonaro enfrenta qualquer coisa*. Talvez tenha que enfrentar de fato as pensões que tem que pagar, porque, aliás, três mulheres, cinco filhos, três casamentos, e o homem que diz que é santo, só para idiota mesmo acreditar. A extrema direita que foi derrotada na França, essa extrema direita vagabunda, que tenta se construir em cima de um discurso literalmente direcionado àqueles que acreditam que a história não serve para nada. A mesma extrema direita que deu o golpe de 64 é essa que hoje prega o golpe dizendo que talvez não tenhamos eleições, que talvez, talvez, talvez, talvez. Ora, aqueles que têm um pouco mais de tempo, aqueles que têm um pouco mais de tempo, Deputado Doutor Batista, sabem o que foi a ditadura militar. Deputado que diz que

não houve tortura deveria ser torturado para saber o que é tortura. Deputado que diz que tinham que torturar mais e apanhar mais deveria apanhar para saber o que é apanhar. É uma vergonha, Deputado Arruda, o que o senhor fala daquela tribuna, é uma vergonha, é uma vergonha porque o senhor nunca teve coragem, o senhor nunca teve coragem de enfrentar a ditadura, sempre foi cômodo, arrumadinho, encostadinho, calminho, e aí faz, Deputado, faz o papel de herói na tribuna. Francamente, nós enfrentamos a ditadura, enfrentamos, conhecemos estudantes que foram mortos posteriormente, inclusive em Londrina. Eu conheci, conheci bancários que foram demitidos por serem contra o regime militar. Agora, aqueles que nunca fizeram nada, aqueles que sempre foram coniventes, aqueles que sempre ficaram encostadinhos no canto, é muito cômodo, é muito fácil, é muito agradável falar que entraram na Igreja tem que receber *cacetada*, mas no dia 29 de abril não foram capaz de atravessar a rua, sequer atravessar a rua porque o Choque estava ali. Então, Sr. Presidente, acho que a tribuna tem limites, a tribuna não permite tudo, a tribuna não permite que se esculache as pessoas, a tribuna não permite que se faça com que o Vladimir Herzog, que muitos aqui conhecem a sua história, que foi morto pela ditadura sob tortura, independentemente do que pensemos, a tribuna não permite que se vilipendie a imagem de um Vladimir Herzog. A tortura é o que tem de pior, mais abjeto no ser humano. A tortura é prender uma pessoa sem provas, levá-la ao cativoiro, espancá-la, dar choque na uretra, dar choque no ânus, dar choque nos lábios, dar choque na vagina, torturar uma mulher grávida, isso é tortura, a tortura é o que tem de pior, Sr. Presidente, no regime ditatorial, a tortura fez com que muitos delatassem pessoas que sequer conheciam. Tivemos Deputados cassados aqui dentro desta Assembleia Legislativa, e a Assembleia sempre foi o espaço de resistência e continuará sendo espaço de resistência. Todos, todos fomos eleitos pelo voto, o Deputado Arruda sabe disso, teve votos suficientes para vir para cá e eu o respeito pelos seus votos, Deputado Arruda, mas não respeito a opinião que o senhor tem: “Foram torturados e deveriam ser torturados mais”. O senhor torturaria alguém, Deputado? O senhor espancaria alguém? O senhor encostaria o revólver na cabeça de uma pessoa e daria um tiro mesmo ela estando algemada?

O senhor faria isso? O senhor torturaria uma família inteira? O senhor retiraria a pessoa de dentro de casa colocando um capuz e indo para um quartel, ou para uma chácara, espancar essa pessoa? Porque é isso que o senhor está pregando. O senhor está pregando a tortura, o senhor está dizendo para sair em um vídeo tudo bem, mas veja o que o senhor está falando para as meninas e meninos que assistem à televisão. Não podemos aceitar, Sr. Presidente, que a tribuna sirva para que façamos apologia à tortura.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo, vamos aguardar a conclusão da fala do Deputado Tadeu, depois lhe concedo *pela ordem*.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não podemos fazer com que a tribuna sirva de apologia à tortura como ouvi agora há pouco, torturar um pouco. *Não mataram*. Ora, onde que estamos e onde que queremos parar? Quando o Deputado Homero diz que é de direito, é direito liberal, respeito muito o Deputado Homero, respeito muito. Estou aqui há três anos, Deputado Homero, com o senhor, nunca vi, aliás, nunca vi nenhum Deputado aqui, a não ser que tenha sido uma coisa muito programada, vir fazer apologia à violência. Não queria falar sobre isso hoje, na verdade é ruim fazermos isso, porque estamos sendo pautados por um discurso de ódio, que não é o objetivo, conversamos com todas as pessoas que têm aqui dentro, Deputado Marcel, o senhor que é Líder do Governo. Temos relação com todos os Deputados, mas não vamos transigir com torturadores; não vamos transigir com aqueles que apoiam a ditadura; não vamos transigir com aqueles que acham que a cassação de um mandato legitimamente conquistado é algo natural, porque é assim que começam as ditaduras. Quando Hitler foi levado a Chanceler, não foi por acaso, foi porque houve todo um apoio, inclusive do Parlamento alemão. Quando Duce, o Duce, na Itália, foi levado a ocupar o cargo mais alto da Itália, posteriormente o fascismo tomou conta da Itália, não foi por acaso. Foi porque teve incentivo, inclusive, de Parlamentares. Somos Parlamentares de diversos partidos. O Deputado Guto Silva, que esteve na Casa Civil, recebeu todos de forma indistinta. Mas não podemos aceitar, Deputada

Mabel, que achem natural que uma mulher seja estuprada, porque é esse o conteúdo de falas que incentivam que tem que apanhar, que tem que morrer, que tem que levar pancada. Se isso serve para vídeo, e acho que é para isso que serve, serve para vídeo, pergunto se essas pessoas fariam isso de fato? Pegariam a Deputada Mabel, porque ela não é do partido do Bolsonaro, colocariam um gorro, um capuz, levariam para um lugar ermo, espancariam? Olhem para a Deputada Mabel. É isso que estão propondo. Estuprá-la. Espancá-la por ser mulher. Por não ser da base deste ou daquele? Olhem o Presidente da Assembleia. Eles estão propondo porque é o Presidente da Assembleia, porque esse é o discurso subliminar covarde que se faz. Covarde. Porque fazem um discurso subliminar para um determinado público. Não vão por as mãos sujas nesse processo, mas vão deixar que outros ponham e vão apoiá-los. Então, não poderia deixar, Deputado Arruda, de me referir ao senhor. O senhor sabe que sempre lhe tratei com respeito. Sempre. Encontro-lhe no corredor, encontro-lhe no elevador, encontro-lhe em todos os espaços e trato-lhe com respeito. Mas não posso aceitar, a não ser que o senhor vá lá e diga: *Vou torturar, vou prender e vou matar, eu quero que cassem os Deputados*, porque aí não o cumprimento mais, porque aí o senhor passou, não a ser um adversário, mas a ser um inimigo. E o senhor sabe que inimigos não podemos tratar como adversários. Nós o tratamos como adversário político, com respeito, mas sabemos, Deputado Arruda... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Sabemos que podemos ter visões diferentes sobre o Golpe Militar de 64, mas não podemos ter visões diferentes sobre quem foi torturado. Se quiserem trazemos as pessoas que foram torturadas. Dizer que quem foi torturado merecia ser torturado? Se o senhor tivesse um filho seu sendo torturado é porque ele merecia ser torturado? Se tivéssemos a nossa mãe, a nossa filha sendo torturada, é por que ela merecia pela opção política? Porque é isso que foi dito naquela tribuna: “Foram torturados

poucos porque mereciam ser torturados.” Isso é covardia. Isso é fazer apologia à violência. E não vamos transigir. Sou Deputado até janeiro aqui e até janeiro vou defender a democracia e o direito que todos têm de falar, mas nenhum direito de tentar fechar esta Casa, de tentar fazer com que a história seja esquecida e a ditadura seja... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente Traiano, respondendo aqui ao colega Tadeu Veneri. É muito fácil falarmos que pessoas foram torturadas, porém essas que foram torturadas mataram soldados, explodiram bomba, sequestraram, roubavam, matavam e queriam implantar o comunismo em nosso País. Os militares foram heróis em nosso País. Nunca houve ditadura aqui. Houve um regime militar, sim. Agora, imaginem a família daquele soldado que morreu nas mãos desses esquerdistas. O que ele queria em troca? Beijo? Abraço? Então, apoio, sim.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo, por favor, não procede a questão de ordem. Vossa Excelência está entrando em uma seara de uma discussão. Vossa Excelência já usou a tribuna, com o devido respeito a Vossa Excelência. Deputado Ricardo, não vamos polemizar. Vossa Excelência já usou por dez minutos a tribuna. Amanhã V.Ex.^a usa a tribuna.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Fui ameaçado, tenho direito de resposta. Isto aqui é um Parlamento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não procede a questão de ordem. Não procede. Peço a V.Ex.^a que entenda esta Presidência.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Então está bem! Vamos continuar apoiando a Venezuela, Cuba. Lá pode matar, torturar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Homero Marchese. Deputado Ricardo, por favor. Deputado Tadeu, vamos acalmar os ânimos, Deputado Tadeu. Gente, não podemos fazer de um debate um ringue. É claro que cada um tem a sua defesa pessoal, tem ideologias, mas peço a compreensão. Temos que ter limites nas falas aqui, senão estamos chegando aí por um processo eleitoral onde vamos tomar um rumo muito ruim para a Casa. É horrível isso. Peço a compreensão, por favor, de ambas as partes. Não ouvi o discurso do Deputado Arruda, até porque não estava aqui. Acompanhei a fala do Deputado Tadeu. Entendo que ele não foi pessoal, não foi agressivo, fez apenas uma defesa e colocando, enfim, o seu posicionamento em relação ao regime que aconteceu no passado. Peço, por favor, a compreensão. Deputado Arilson, *pela ordem*.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, não é a primeira vez e não é só com o Arruda que aconteceu essa situação. Temos que exigir o Regimento. *Pela ordem* é de acordo com o artigo do Regimento. Não dá para fazer *pela ordem* para fazer contraponto político. Cada um tem o tempo que foi inscrito e falado, Presidente. Tem que cumprir o Regimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência tem razão. Com a palavra, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, boa tarde. Inicialmente queria deixar minha homenagem à memória da família do Cabo Ricieri Chagas que faleceu no cumprimento do dever em Guarapuava, aos 48 anos, deixando esposa e um casal de filhos. Saiba a família do Cabo Ricieri que nos importamos e o paranaense tem muito orgulho do seu trabalho à frente da Corporação. Também gostaria de lamentar o temporal que aconteceu em Maringá no último final de semana. A cidade de pernas para o ar. Dezenas e milhares de pessoas sem luz. Mais de 300 árvores caíram. Graças a Deus não teve nenhuma vítima, ferimento ou morte. E esperamos que, desde sábado tenho contato com o Presidente da Copel o

Presidente Daniel Slaviero, que a Copel possa, a exemplo do que as equipes da Prefeitura possam fazer, restabelecer a ordem e a eletricidade na cidade. E ajudaria muito para estabelecer a ordem na cidade se o Prefeito da cidade estivesse à frente dela durante o final de semana. Infelizmente ele só chegou a Maringá no final da tarde de ontem, quase 48 horas depois do início de uma das maiores crises da história da cidade. Bom, estão tramitando nesta Assembleia Projetos de Leis do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da própria Assembleia para a criação de novos cargos comissionados no Estado. Ao todo, os projetos buscam criar 542 novos cargos comissionados em uma iniciativa de impacto anual geral aproximado de R\$ 102 milhões aos cofres paranaenses. São 169 novos cargos comissionados no TJ, além de 46 novas funções gratificadas, uma iniciativa de impacto de R\$ 41 milhões por ano; 261 novos cargos comissionados no Ministério Público, ao custo de R\$ 30 milhões por ano e 121 novos cargos comissionados nesta Assembleia, ao custo de R\$ 31 milhões por ano. No TJ e no MP basicamente os cargos estão sendo criados para assessoramento de Juízes e Promotores de 1.º grau. Nesta Assembleia, os novos cargos deverão atender, principalmente, às lideranças partidárias e à área de comunicação. Os projetos terão a sua constitucionalidade analisada amanhã pela CCJ e depois segue a este Plenário que vai decidir, especialmente, se a criação dos 542 cargos é apropriada e justa. No caso do PL da Assembleia, por exemplo, pergunto-me se o Projeto não foi apresentado para, digamos, facilitar a aprovação dos demais projetos dos outros Poderes. Em uma espécie de *trem da alegria da compensação* pela desgaste. Sim, porque não é possível que esta Casa que já tem inacreditáveis 1.726 cargos comissionados em sua estrutura, 1.726 cargos comissionados, dentre os quais 386 só na Mesa Diretora e na administração, precise de 121 novos cargos. O que é isso? É algum tipo de brincadeira? Tem gente que chegou a conclusão de que tem cargo de menos aqui? É isso? Portanto, já adianto que vou votar contra o PL dos cargos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Também já adianto que vou votar contra o PL dos novos cargos do Ministério Público, ainda que tenha respeito pela instituição. Mas não voto mais nenhum Projeto extraordinário para o Ministério Público até

que a instituição diga, exatamente, o que aconteceu com a investigação sob sua responsabilidade, envolvendo supostas irregularidades no contrato desta Casa com a *TV Icaraí*, que era responsável no passado pela *TV Assembleia*. Há quase dois anos, conforme divulgado pela imprensa e pela assessoria do Ministério Público Federal, na época, representantes da *TV Icaraí* firmaram um acordo de delação premiada com o Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal. Até agora, no entanto, não sabemos o que resultou disso. Dois anos é tempo suficiente para se chegar a uma conclusão, especialmente se considerar que as investigações podem ser muito graves para esse Centro Cívico. Dois anos é tempo suficiente para examinar as provas recolhidas e tentar produzir outras: especialmente quebrar sigilo bancário e telefônico e promover a competente denúncia, assim como é tempo suficiente para arquivar o inquérito em caso de ausência de culpa dos envolvidos. Como lhes disse já, nesta tribuna, já oficieei o Ministério Público há um ano perguntando sobre as investigações. Na semana passada fiz novo requerimento exigindo resposta. No ano passado me responderam dizendo que as investigações continuavam, apesar de já terem completado um ano, e estavam sob sigilo. Para evitar que a investigação sobre a empresa então responsável pela *TV Assembleia* seja vista, por alguns, como uma possível moeda de troca e um possível instrumento de pressão do Ministério Público sobre esta Casa, não voto mais Projeto extraordinário do Ministério Público. Então, atenção, Sr.^s Deputados, Sr. Procurador-Geral, Sr. Governador: vamos todos pensar para quem estamos trabalhando aqui. Estamos trabalhando para os 11 milhões e 500 mil paranaenses que pagam essa conta e buscam seriedade das instituições. Certamente o paranaense quer nos ver trabalhar sem compadrio, com independência aqui dentro. Aliás, nunca votei mesmo projetos extraordinários de quem quer que fosse. Não votei no ano passado, por exemplo, à recriação da licença-prêmio para os servidores do Ministério Público, na recriação de um Estatuto exclusivo para aquele órgão. Assim como não votei em outros projetos de interesse de outros órgãos que não faziam Justiça à população e aos servidores de modo geral, em especial dos servidores do Executivo. O segundo assunto sobre o qual gostaria de falar, Sr. Presidente, tem a ver com a

liberdade de expressão. Na última quarta-feira, por dez votos a um, o Supremo Tribunal Federal condenou o Deputado Federal Daniel Silveira a oito anos e nove meses de prisão em regime inicial fechado, além da perda do mandato e uma multa de mais de R\$ 200.000,00, se não estou enganado, pelos crimes de coação no curso do processo de ameaça ao Estado de direito. Um dia depois, o Presidente Jair Bolsonaro editou um decreto concedendo o indulto da pena ao réu. Já falei sobre esse caso no ano passado quando a Câmara Federal, em um ato humilhante do meu ponto de vista, manteve a suposta prisão em flagrante do Deputado por uma alta quantidade de votos. Como disse, naquela ocasião, o Daniel Silveira foi mau Policial, é mau Deputado, é mau caráter, é ruim, é grosseiro, falou um monte de grosserias e bravatas nos vídeos que fez, mas não cometeu crime, porque grosserias e bravatas não são crimes, não envolvem execução séria de atos. Nesse caso, além disso, há um ponto de partida claro para julgar o caso que é o art. 53 da Constituição Federal que diz o seguinte: “Os Deputados e Senadores são invioláveis civil e penalmente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. O objetivo da norma é muito claro, permitir que possamos trabalhar com liberdade, ainda que, por vezes, possamos cometer injustiça, mas assim podemos fiscalizar especialmente o poder público com mais liberdade. No balanço geral, a regra foi aprovada porque se entendeu que isso é bom para a sociedade, traz mais benefícios do que danos para a sociedade. E se trata de uma regra que existe nas principais democracias do mundo. Pode-se discutir, certamente, se a norma é absoluta, mas a mudança de entendimento sobre esse assunto a ponto de levar à prisão e por um prazo de oito anos de um Deputado deveria ser anunciado, e, mais do que isso, escrita na Constituição. O processo criminal que levou à prisão, além disso, está eivado de nulidades: desde um flagrante que não era flagrante e por envolver na mesma pessoa figuras do acusador, réu e juiz. Portanto acertou o Presidente da República ao conceder o indulto e, de alguma forma, restabelecer o texto da Constituição que foi violado pelo STF. Aliás, o Supremo Tribunal Federal tem se especializado em violar a Constituição, a Carta Magna da qual deveria ser o principal guardião. É isso que dá fazer política e tentar criar o direito em vez de aplicá-lo. Ou não há contradição

em condenar alguém por uma fala e soltar um monte de gente que desviou milhões de reais dos cofres públicos brasileiros? E fico chocado quando Parlamentares atacam a liberdade parlamentar só porque são os adversários que fazem o discurso. As pessoas precisam perceber que podem ser vítimas, em um futuro, de um processo semelhante. Vamos pegar, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores, o principal partido de Oposição. Em abril de 2018, o Ex-Deputado Wadih Damous disse o seguinte: “Tem que fechar o STF, temos que criar uma Corte constitucional com seus membros detentores de mandato”. O Lula, em 2016, disse: “Temos uma Suprema Corte totalmente acovardada, temos um STJ totalmente acovardado, um Parlamento totalmente acovardado”. Roberto Requião recentemente disse o seguinte: “A prisão de Lula é um biombo para esconder a entrega... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO HOMERO MARQUESE (REP): ... para esconder a entrega do petróleo, do sistema elétrico, dos direitos dos trabalhadores, da aposentadoria, da Embraer, da Eletrobrás”, “Ou o Supremo manda soltar o Lula ou o Supremo não existe mais. Com o fim do Supremo, acaba também o Congresso Nacional”. Alguém aí que quisesse não poderia ver, aí, uma ameaça ao Estado de direito nesses discursos? E como os vídeos dos discursos ainda estão no ar? Alguém aí não poderia ver um caso que permitiria prisão em flagrante, como foi do Daniel Silveira? Aliás, se a regra pega, tem que mandar prender, inclusive, Ministro do STF, como o próprio Barroso, que recentemente afirmou, sem provas, que as Forças Armadas estão sendo orientadas a atacarem e a desacreditar o processo eleitoral brasileiro, justo ele que sempre enche a boca para falar de defesa das instituições e da democracia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Também quero iniciar minha fala dizendo dos meus sentimentos com relação ao Cabo Riccieri, tinha 48 anos de idade, 26 anos de PM. Também me solidarizo com a família, meus sentimentos. O Governador também decretou luto oficial por três dias. Houve uma comoção muito grande na segurança pública do nosso Estado, acho que há uma grande reflexão dentro das polícias sobre tudo isso que está acontecendo e vejo que há o interesse, sim, do nosso Governador, do nosso Governo para que o mais rápido possível possamos finalizar e buscar isso tudo que aconteceu em Guarapuava. Estive hoje conversando com alguns coronéis e com a força da polícia civil, com o próprio delegado lá de Guarapuava que era da minha cidade, Delegado Rubens. Diz que há uma força-tarefa, mais um envio de grupos especializados indo para Guarapuava e tenho certeza de que com os trabalhos que estão sendo realizados vamos achar esses delinquentes. Mas, por tudo que indica, é um grupo de delinquentes, lideranças de uma organização nacional e que vem fazendo isso em todo o Brasil. Então, tenho certeza de que há uma ramificação em todo o País, mas a polícia está fazendo sua busca. Meus sentimentos à família e o Governo do Estado decretou luto oficial por três dias. Mas venho aqui também, Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, falar sobre um assunto que aconteceu final de semana, um evento que me chocou, que me deixou também apreensivo porque passei dentro de casa por esta tempestade, por essa chuva de granizo, e, principalmente, a nossa região, a minha cidade de Assis Chateaubriand, cidade de Jesuítas novamente afetada; a região do extremo Oeste do Paraná sofreu com uma grande tempestade e que deixou todos nós aflitos, tristes, porque estávamos dentro de casa. Estava com a minha família e com as minhas crianças, e foi algo assim surreal. Isso vem acontecendo já em outros momentos no nosso Estado e eu não tinha passado por algo tão horrível como aconteceu na minha cidade e, acima de tudo, com a cidade de Maripá, uma pequena cidade, cidade das orquídeas, uma cidade bonita, de um povo ordeiro, que estava vivendo em festa, ia iniciar sua festividade e, horas antes do início da festividade de aniversário do município, do *Arrancadão de Tratores*, aconteceu essa fatalidade, com essa tempestade e chuva de granizo, que foi terrível na

nossa região. E quero aqui me solidarizar a todo povo de Jesuítas que, novamente, também, recebeu essa chuva de pedra, a cidade de Assis Chateaubriand, mas, acima de tudo, a cidade de Maripá. Fui *in loco* visitar o município, circulei pela cidade inteira, na sede do município e no interior do município. Tivemos uma leitaria expressiva da região, que vem dando grandes contribuições para o agronegócio paranaense, e que foi dizimada, toda infraestrutura, animais. Um investimento de mais de R\$ 15 milhões que sumiu com a tempestade, que ocasionou na cidade de Maripá, e que me deixou assim horrorizado. Passamos de helicóptero, sobrevoamos o município todo, foi algo que jamais tinha visto. Ventos a mais de 100 quilômetros por hora, e que deixou aterrorizada toda a nossa região. E aqui a minha solidariedade a todo o povo de Maripá...

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Marcel...

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Vejo aqui que o Deputado Evandro também quer um aparte.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado, quero cumprimentar pelo discurso, pela fala, por lembrar-se desse assunto e dizer que, hoje, a Copel foi assunto aqui na tribuna, e a Copel será assunto durante a semana toda e os próximos 15 dias, porque temos notícia de que provavelmente alguns consumidores ficarão sem energia até na sexta ou sábado em função do que aconteceu, e V.Ex.^a está narrando. Maringá parece que não temos notícia de algo semelhante. Foi assim de fato devastador o que aconteceu em Maringá, prejuízos muito grandes, e precisamos obviamente estar preparados para isso. Então, falamos de investimentos e de planos. Claro que quando falamos das forças da natureza temos esse elemento surpresa. No entanto, a nossa companhia, obviamente, precisa se planejar, porque esses episódios são cada vez mais recorrentes, e não dá para ficar a população e os consumidores, que não pagam uma energia barata, vamos ser bem sinceros, na situação que estão hoje. Então, assim, temos notícia de que até sexta ou sábado será impossível a retomada de alguns serviços do

retorno da energia elétrica. Então, fica aqui esse registro de complemento da sua fala.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Concordo plenamente com o seu posicionamento, Deputado Evandro. Eu que convivo, sou do agronegócio, sou de uma região onde temos, para vocês terem uma ideia, Maripá, Assis Chateaubriand, Palotina, Jesuítas, são mais de 2 mil aviários, muitos deles estão sem energia. Lógico que fiz todo esse levantamento, fiz esse pedido para a Copel, a Copel me passou os números, são mais de 473 mil domicílios que já chegaram a ficar sem energia nessas tempestades que estão sendo corriqueiras no Estado do Paraná. Lá em Maripá, até hoje de manhã, ainda não tinha 100% da sua energia retomada. O interior do município também ainda falta energia. Então, essa posição da Copel cada vez ela precisa buscar os recursos, cada vez mais conseguir trazer a tecnologia e avançar nesse sentido, para que o mais rápido possível possa trazer as demandas necessárias e diminuir esse trauma que acontece nesses momentos que não estamos esperando, mas que as tempestades vêm e cada vez mais estão vindo mais fortes. A Copel está lá. Participei, estava com o Diretor Regional. Várias equipes nos municípios vizinhos, em todos quem foram atendidos. Muitos postes foram quebrados, derrubados, e não é simples fazer essa retomada, mas a Copel cada vez mais tem dito que está buscando investimentos e instrumentalizando ainda mais para que possa retomar as atividades, o quanto mais rápido possível, para que possa diminuir os prejuízos, que são de centenas de milhões de reais, fora assim as plantações de milho que tínhamos ali e que também foram devastadas. Então, fico aqui preocupado cada vez mais com isso tudo que está acontecendo, e lógico nós nos posicionando cada vez mais junto à Copel, à Sanepar para que possa ser mais ágil possível, para que possamos diminuir esse trauma e minimizar as dificuldades do homem do campo e as pessoas da cidade que ficaram sem energia. Foram momentos difíceis que jamais tinha imaginado que passaria, ainda mais com a minha família, todo mundo aterrorizado. E fiquei até madrugada adentro em todos esses municípios visitando, com a certeza de que vamos recuperar por meio da solidariedade do povo. Quero aqui agradecer imensamente ao Coronel Fernando,

que já saiu daqui de Curitiba, foi *in loco* com todo o estafe da Defesa Civil, para que possa fazer as buscas, ajudar. Estão chegando já os materiais, estão chegando *kits* domicílio, estão chegando telhas, lonas, para minimizarmos esse trauma que todos ali naquela região passaram. Na região de Maringá, também, vi que está bem posicionada a questão da Defesa Civil, distribuindo para minimizar toda essa dificuldade que estamos passando. Quero aqui me solidarizar aos Prefeitos desses municípios. O Governador se colocou à disposição para colocar os recursos e está lá até este momento todo o estafe da Defesa Civil e, mais uma vez, agradecer ao Coronel Fernando por estar se colocando à disposição e rapidamente dando toda contribuição necessária para que possamos avançar nos trabalhos de recuperação e reerguer a cidade, principalmente de Maripá, uma cidade belíssima, estratégica do nosso Oeste, que estava iniciando sua festividade, mas que foi devastada, destruída, mas que, com certeza, com o apoio do povo, com o apoio do Governo do Estado e do Governo Federal, vamos reconstruir. Então, quero ser solidário a esses municípios, solidário à região também de Maringá, fazendo com que a própria Copel, a Sanepar, todo o Governo do Estado possa ajudar o mais rapidamente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcel, por favor, para concluir.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Todas essas dificuldades que o povo do Oeste está passando e, principalmente, os nossos produtores rurais. Muito obrigado, Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Antes de anunciar a fala do Deputado Arilson, vou fazer a leitura de duas Mensagens encaminhadas pelo Governador a Casa: Mensagem n.º 27/2022 do Governador do Estado, solicitando a homologação do Decreto n.º 10815, de 20 de abril de 2022, que introduz alteração no regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de comunicação – RICMS. A outra Mensagem abre crédito

suplementar à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho no valor de R\$ 3 milhões, 562 mil e 786 (Mensagem n.º 28/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 163/2022)**, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado do Paraná.).

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente, gostaria de convidar todos os Deputados que fazem parte da Comissão de Saúde que amanhã, às 9 horas, vários projetos a serem analisados e votados na Comissão de Saúde. Amanhã, às 9 horas, na sala da CCJ. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, demais Deputados e Deputadas. Herbert Marcuse foi um sociólogo e filósofo alemão. Dentre várias coisas importantes deixadas por ele existiam alguns pensamentos. Um deles falava que esquecer as aberrações não é arrancá-las, mas, sim, consolidá-las. Outro falava que esquecer o sofrimento do passado é perdoar forças que o causaram. Também que esquecer é dar absolvição indevida à violência absurda. Não se pode esquecer o hediondo, a perversidade política, a injustiça, o crime. Contra a tortura só há uma coisa: o repúdio e o nojo. Diferente disso é defendê-la. E é assim que vamos tratar aqui a questão da tortura. Totalmente indevidas as colocações! Mancham, deturpam a imagem desta Casa e de nossos Parlamentares! A tortura deixou sequelas incríveis à população brasileira, uma marca triste e pesada de sangue que escorre até hoje nas mãos daqueles que a praticaram e na consciência durante a falta de sono de muitos desses. Presidente, temos temas que o Paraná precisa tratar urgente e um deles, Deputada Mabel, é a

Copel. No dia 10/11/2021, com o Deputado Anibelli, promovi uma Audiência Pública para tratar de quedas de energia nas propriedades rurais, ou melhor, Deputado Requião, interrupção. O tema foi objeto de reflexão e inclusive a Copel participou. Claro que temporais e catástrofes climáticas são imprevisíveis e podem causar estragos maiores do que imaginamos, mas não é a primeira vez que os estragos dessa magnitude alcançaram o Paraná, mas é a primeira vez que o retorno das normalidades da transmissão, do fornecimento de energia no Paraná demora tanto. O que aconteceu em várias regiões do Estado, inclusive no noroeste, de onde recebi inúmeras reclamações e hoje ainda tenho, não pode ser tratado só como intempérie climática. Este modelo de gestão que tenho denunciado e que administra a Copel é inviável! Cinco vírgula um bilhões de lucros para se distribuir praticamente 3,1 bilhões para os acionistas, para os europeus e norte-americanos. A Copel diminuiu o serviço nos municípios. Antigamente, todos vocês aqui correm o Paraná, cada cidade, independentemente do lugar que fosse, tinha uma unidade de atendimento da Copel, tinha uma pessoa lá, Maurício Requião, engenheiro civil, eletricitista responsável pela manutenção e em um momento desses, ela era acionada e sabia o que faria. Mas, o que fez o Governo da *compliance*, o Governador Junior? O Governador terceirizou esse processo, repartiu o lucro e deixou a Copel nesta situação. Serviço terceirizado, mal prestado, poucos servidores e a Copel perdeu a sua excelência, porque se um dia foi a empresa n.º 1 de energia do País, era por conta também do seu corpo técnico e da escolha política de quem governava de reinvestir o lucro na baixa da tarifa, que aqui no Paraná é 15% a mais do que era para ser, e investia em infraestrutura. O modelo de gestão premiado da Copel é o que deu este mês para o seu Presidente, Sr. Daniel Slavieiro, R\$ 427 mil de prêmio bônus de salário por conta do desempenho da empresa. Mas aqui não é o Governador que corta privilégios? *Ah, esqueci, ele corta só de quem ele não gosta!* De quem ele trata bem, ele dá essa barganhazinha de R\$ 427 mil, fora o salário que tinha! De quem ele gosta, ele reparte com a Bolsa de Valores Norte-Americana, com a Polícia Civil ou, melhor, com a Polícia Militar de Los Angeles, com os professores, mas não do Paraná, com os professores da Califórnia, com

as empresas não paranaenses, com a IBM e com a Ford. A escolha política do que fazer com a Copel está tendo prejuízo para o povo paranaense. Frango morrendo porque faltou energia elétrica, a piscicultura desfavorecida, pequenos mercados, localidades que não têm energia até agora! Por que será? Porque resolveu pegar o dinheiro da Copel e fazer farra, distribuir e não investir na empresa. E hoje está aí o resultado, o Paraná sendo vítima primeiro de uma intempérie climática, da qual ninguém tem culpa, e agora sendo vítima da escolha política de como se conduz a empresa de energia. Aqui no Estado nem na pandemia houve um projeto para discutir a função social da Copel, como ela iria ajudar a sair da crise sanitária. Não, como ela iria lucrar. A energia elétrica, como a água, virou um negócio neste Governo. Não estou acusando o Governador Junior de corrupto, não é isso! Negócio propiciado nas ações da Bolsa de Valores. O que temos hoje, na verdade, é a nova política. A nova política que, graças a Deus, não faço parte; a nova política que deixa a segurança pública em frangalhos, como vimos o caso em Guarapuava; a nova política que pega o dinheiro da Copel e, em vez de reinvestir na empresa, dá para o acionista; em vez de investir na segurança, dá para o acionista; em vez de investir na saúde, dá para o acionista; em vez de voltar para o Paraná, dá para outros países, muito deles equidistantes daqui, que nunca sequer essas pessoas pisaram no Estado do Paraná. Chega! Esse misto de intempérie climático, de pandemia com Governo incompetente como é hoje, não é dá certo! A pandemia passa, a intempérie climática também, mas a incompetência por enquanto continua e essa, ousar dizer, está causando tão mal para o povo paranaense quanto esses desastres naturais e epidemiológicos. Precisamos de verdade que o Governo pense um pouco mais no povo paranaense, nas pessoas e nas vidas. Qual é a lógica que se tem em defender o resultado financeiro do que a saúde da população? Qual é a lógica que se tem em defender o resultado financeiro e não termos sequer o gasto que se tinha em 2019 em segurança pública? A Copel pertence ao povo e ao povo ela deve ser voltada. Não podemos ter uma empresa que explore o povo paranaense, que está agora, neste momento, deixando várias unidades de produção do Paraná sem produzir por incompetência administrativa. Não podemos ter uma energia elétrica

que inviabilize o desenvolvimento econômico do Paraná; não podemos deixar de ter os benefícios que a Copel poderia ter a ser reinvestido no nosso território para ser investido em um raio de 5 mil quilômetros daqui! Precisa o Governo, a figura do Governador Junior, trocar o comando da Copel, mas, mais do que isso, colocar lá gente com sensibilidade social, gente que fique indignada com as pessoas passando fome na rua, gente que tenha sensibilidade de encher os olhos de lágrimas contra a injustiça, não de pegar R\$ 427 mil em uma premiação enquanto o povo está lastimado. Estamos aqui falando de tanta coisa pesada e difícil, mas da Copel não ouço o Governo falar um “A”, nada, nem sequer usar sequer R\$ 1,00 ou R\$ 2,00 ou milhões que ela arrecada para alguma outra coisa! A escolha política está ficando cara para o Paraná. A escolha política está levando, Deputada Mabel, as nossas empresas, para Santa Catarina, para São Paulo e para o Paraguai, onde a energia é metade do preço que é aqui! A escolha política que teve está expulsando o paranaense e trazendo o gringo para morar aqui! Parece que estamos voltando na fundação da história econômica do povo paranaense, vamos ser ocupados, mas não pelo nosso povo, por estrangeiros, às vezes oriundos dos lugares mais diferentes do mundo, mas com o foco em uma coisa, no nosso dinheiro, no nosso suor, porque de verdade... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): De verdade, Presidente, o Paraná é terra de gente que trabalha, mas governada por aqueles que não valorizam aqueles que trabalham. Governada por aqueles que entendem que têm que tirar o dinheiro do trabalhador e passar para o megaempresário na renúncia de 17 bilhões, que, somados à distribuição de lucro da Copel e da Sanepar, passam de R\$ 20 bilhões! Não tem mal que cause tanto como a imprudência administrativa. O raio da *compliance*, o Paraná 5.0, o Governo 5.0 ou sei lá como é o nome de *marketing* dado! Nunca houve tanto mal de uma vez só ao povo paranaense. Deus nos abençoe e ilumine que a pandemia passe, que o tempo ruim da natureza

também passe, mas que o povo abra os olhos e faça passar a má gestão do Palácio do Iguçu.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Guto Silva (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Maria Victória (PP), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) **(51 Parlamentares);***
Deputados ausentes com justificativa: *Anibelli Neto (MDB) conforme Licença, nos Termos do art. 104, I, do Regimento Interno; Alexandre Curi (PSD) conforme art. 97, § 3.º, inciso III do Regimento Interno, Cantora Mara Lima (REP) conforme art. 97, § 3.º, inciso I do Regimento Interno **(3 Parlamentares).**]*

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 160/2022**, dos Deputados Evandro Araújo e Reichembach, que institui o selo “Amigo dos Animais” de reconhecimento a empresas, associações e fundações que se destacam na promoção de iniciativas da causa animal; **Autuado sob o nº 161/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a concessão de benefício de proteção socioeconômica temporária às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que vivem em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o nº 162/2022**, do Deputado Paulo Litro, que institui o Programa Moeda Verde e dá outras providências.

Projeto de Lei Complementar: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 4/2022**, do Deputado Bazana, que estabelece requisitos a serem observados nos termos de parceria, nas modalidades de termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação assinados entre o Poder Executivo e as Organizações da Sociedade Civil, no Estado do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos duas Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 31/2020, de autoria dos Deputados Maria Victória e Hussein Bakri, que dispõe sobre a utilização de areia descartada de fundição.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 425/2021, de autoria do Deputado Boca Aberta Junior, que dispõe sobre o reconhecimento e a regulamentação das intervenções visuais no Estado do Paraná.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 3 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 548/2018, de autoria do Deputado Márcio Nunes, que declara Patrimônio de Natureza Cultural Imaterial Paranaense a rota transcontinental caminhos de Peabiru, no trecho que compreende o Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Emenda da CCJ. Vamos apreciar neste turno emenda aprovada em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Nelson Justus, Rodrigo Estacho, Tião Medeiros e Jonas Guimarães. Deputado Galo, Vossa Excelência precisa registrar presença primeiro e depois votar. Agora registre a sua presença. Por favor, auxílio ao Deputado Jonas, que está com problema também. Nossa assessoria, auxilie o Deputado Jonas. Deputado Tião Medeiros, o seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (47 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Jonas Guimarães, Nelson Justus e Tião Medeiros (7 Deputados).]* Com 47 votos

favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda. Quarenta e oito votos, com o voto do Deputado Jonas Guimarães. Está aprovada a emenda.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 388/2020, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Gilson de Souza e Goura, que dispõe que maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado, devem permitir a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo Geral da CCJ. Emendas de Plenário com parecer favorável da CCJ na forma da Subemenda Substitutiva Geral. Vamos submeter ao voto a subemenda substitutiva.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, de forma muito rápida, quero apenas reforçar o pedido aos Deputados, para que votem a favor, inclusive, das emendas que foram propostas. Esse é um Projeto importante que representa um avanço para o nosso Estado. Hoje, dos 399 municípios do Estado do Paraná, apenas 17 contam com leis municipais que garantem a presença das doulas das maternidades e hospitais aqui do nosso Estado. Então, é um avanço importante, uma garantia para não só as parturientes e gestantes, mas também para as próprias doulas, uma vez que não existe em nível federal a regulamentação ainda da profissão das doulas. Com a nossa lei, com o nosso Projeto de Lei aqui da Assembleia, elas poderão ter a garantia também de trabalharem em todos os municípios aqui do Estado do Paraná. Peço, então, a todos que votem a favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura, para encaminhar.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Presidente. Deputada Mabel, é uma honra, com Vossa Excelência e com o Deputado Gilson, Deputada Cristina, Deputada Luciana, coautores e coautoras também desse Projeto importantíssimo. Deputado Gilson, lembro-me de conversarmos e o senhor relatou a situação de sua filha, que teve a presença das doulas acompanhando. É disso que trata esse Projeto, Sr. Presidente, de humanização do parto, de combate à violência obstétrica. Quero agradecer, Deputado Marcel, na figura da Liderança, a construção que possibilitou o texto final. Aqui alguns destaques, Deputada Maria Victória. Estamos falando das doulas a partir da lei aprovada, que poderão estar presentes nos estabelecimentos particulares e públicos, de maternidades aqui do Estado do Paraná, independentemente do acompanhante. Então, além do acompanhante que a Lei Federal permite e garante às parturientes, também as doulas podem acompanhar, independentemente também da via de parto, as doulas podem ter um papel importantíssimo para essa humanização. Então, Sr. Presidente, falo aqui em nome da bancada da Oposição, pela humanização do parto, pelo combate à violência obstétrica, pela valorização das doulas, o nosso voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, a Liderança do Governo pede voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Requião Filho e Tadeu Veneri. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva,**

Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto e Cantora Mara Lima (4 Deputados).] Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Subemenda Substitutiva Geral.**

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 607/2021, de autoria dos Deputados Tercílio Turini e Ademar Traiano, que concede o Título de Capital Paranaense do Esporte de Aventura ao município de Tibagi. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): Pedimos o voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Marcio Nunes, Michele Caputo, Nelson Justus e Galo. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (49 Deputados); Não Votaram:* Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto,

Cantora Mara Lima e Marcio Nunes (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 607/2021.**

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 666/2021, de autoria do Deputado Delegado Fernando Martins (anexo o Projeto n.º 417/2021, do Deputado Delegado Francischini), que denomina Biólogo Dr. Wagner José Martins Paiva o viaduto de Transposição sobre a Av. Presidente Castelo Branco, localizado no Km 380 da PR-445, Rodovia Celso Garcia Cid, no município de Londrina. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.ªs Deputados: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Marcio Nunes e Soldado Adriano José (6 Deputados).]* Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 666/2021.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 23/2022, de autoria do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Chopinzinhense de Esporte Feminino, com sede no município de Chopinzinho. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Votamos “*sim*”, a Oposição.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Situação também pede voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Ainda pendentes os votos dos Deputados Cristina, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Goura, Homero Marchese, Marcio Nunes e Soldado Adriano José.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Senhor Presidente, uma questão de ordem, enquanto sai o resultado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Com amparo no art. 73 do Regimento Interno e como foi tratado entre a Liderança do Governo e da Oposição, vimos convidar os membros da Comissão Especial para que hoje, após a Sessão, seja tratado sobre a PEC 03/2021, após a Sessão Plenária, aqui na sala Arnaldo Busato. A Comissão é composta pelos Deputados Cobra Repórter, Tiago Amaral, Rodrigo Estacho, Luiz Fernando Guerra e Arilson Chiorato. Essa PEC recebeu duas emendas dentro do prazo regimental e agora a Comissão Especial precisa se reunir para formar o Presidente e o Relator.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, Deputado. Correta a sua questão de ordem. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto**

Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Delegado Jacovós, Marcio Nunes e Soldado Adriano José (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 23/2022.**

ITEM 8 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 44/2022, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Utilidade Pública à Amapev – Associação Metropolitana de Artesãos Pé Vermelho, com sede no município de Londrina. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Luiz

Carlos Martins, Marcio Nunes, Requião Filho e Soldado Adriano José (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 44/2022.**

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 14/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 240/2021, que altera a Lei Complementar n.º 26, de 30 de dezembro de 1985, e a Lei Complementar n.º 161, de 3 de outubro de 2013, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Substitutivo Geral do Poder Executivo com parecer favorável da CCJ. Em discussão. O Projeto está em regime de urgência. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos do Deputado Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Francisco Bühner, Paulo Litro e Soldado Adriano José. Deputado Chico, está com dificuldade para votar, Deputado? Por favor, assessoria ao Deputado Francisco Bühner, está com dificuldade de votar. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e*

*Tião Medeiros (46 Deputados); **Votou Não:** Soldado Fruet (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes e Soldado Adriano José (7 Deputados).]* Com 46 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 14/2021.**

ITEM 10 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 616/2021, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que denomina Rodovia Vinicius José da Costa o trecho da PR-539 que liga o município de Marilândia do Sul ao entroncamento com a BR-376. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Votando. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes muitos votos dos Sr.^s Deputados, por favor. Marcel Micheletto, votou, Maria Victória, Marcio Nunes, Soldado Adriano José, Cristina Silvestri. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Maria Victória e Soldado Adriano José (9 Deputados).]

Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 616/2021.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Três requerimentos com discussão adiada. **(Requerimento n.º 995/2022**, dos Deputados Goura e Tadeu Veneri, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, conforme especifica; **Requerimento n.º 996/2022**, da Deputada Mabel Canto, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, acerca do fechamento do Pronto Socorro Municipal de Ponta Grossa; e **Requerimento n.º 997/2022**, da Deputada Mabel Canto, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, acerca do retorno do Pronto Atendimento Infantil ao Hospital da Criança em Ponta Grossa) Deputado Marcel, como encaminha?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Ainda há um requerimento do dia de hoje, do Deputado Arilson. **(Requerimento n.º 1024/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, sobre a qualidade da prestação de serviços de transporte intermunicipal entre os municípios de Paranapoema, Inajá, Paranacity, Cruzeiro do Sul, Uniflor e Nova Esperança). Deputado Marcel.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente encaminhado como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.º 1028/2022, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 607/2021, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1019/2022, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. João Alves; **Requerimento n.º 1020/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, encaminhando proposta de minuta de Decreto Legislativo para nova denominação histórica para o 1.º Batalhão de Polícia Militar do Paraná; **Requerimento n.º 1023/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, encaminhando proposta de Minuta de Decreto Legislativo para a nova denominação histórica para o 16.º Batalhão de Polícia Militar, acrescentando na nominação o nome do Cabo Ricieri Chagas; **Requerimento n.º 1025/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Saboia, e ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo a manutenção e revitalização da pista de caminhada que liga o trevo da Vila São Pedro ao Centro de Eventos de Jacarezinho, na PR-431; **Requerimento n.º 1027/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o registro e envio de menção honrosa ao Sr. Luiz Fernando Manfron; **Requerimento n.º 1029/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando a expedição de moções honrosas, com votos de louvor e congratulações para os Conselhos

Comunitários de Segurança (Consegs) do Paraná; **Requerimento n.º 1030/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, encaminhando carta da Comissão do Concurso Público destinado ao provimento de vagas para os cargos de Delegado de Polícia, Investigador de Polícia e Papiloscopista, solicitando o chamamento daqueles já selecionados pelo Edital 2/2020; **Requerimento n.º 1031/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Saboia, requerendo ações urgentes de recapeamento asfáltico e reforço da sinalização da PR-090, entre os municípios de São Jerônimo da Serra e Assaí; **Requerimento n.º 1032/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Secretário da Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, Sr. Fernando Furiatti Saboia, requerendo melhorias na sinalização da PR-082, no trecho entre os municípios de Engenheiro Beltrão e Quinta do Sol; **Requerimento n.º 1033/2022**, do Deputado Rodrigo Estacho, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde do Paraná, Sr. César Augusto Neves Luiz, requerendo análise de viabilidade para a aquisição e distribuição gratuita, pelo SUS, do kit medidor de glicose Freestyle Libre (Sensor Libre); **Requerimento n.º 1034/2022**, do Deputado Rodrigo Estacho, requerendo que a Comissão Executiva desta Casa de Leis decrete luto oficial institucional de três dias em respeito e solidariedade ao falecimento do Cabo da Polícia Militar do Paraná, Sr. Ricieri Chagas; **Requerimento n.º 1035/2022**, dos Deputados Coronel Lee e Elio Rusch, solicitando envio de voto de pesar aos militares estaduais do 16.º Batalhão de Polícia Militar e à família, pelo falecimento do Cabo Ricieri Chagas; **Requerimentos n.ºs 1036 a 1041, 1044, 1045, 1047 a 1062, 1064 e 1065/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Antônio Cesar Ocanha; Paulo Moreira da Cruz; Antônio Dinor Scheffer; Ademir Ramos; João Carlos de Faria; Moyses dos Santos Silva; Bohdan Savala; José Carlos Moro; Lauro Paith; Alice Timm Alves; Casturina Pereira Souza; Milton Ferreira dos Santos; Cecília Visnieski; Sônia das Graças Pires; Lenir Rosa da Luz; Inês Andreiczuck; Lucélia de Fátima Maliski; Alzira Dezotti da Silva;

Irene Ribeiro de Freitas; Wally Justus Guski; Justilina Souza Costa dos Santos; Zeny Colman Dobrzanski; Ronasi Golinski Machado; Alcidia Mendes de Carvalho; Estrela Eloisa Xavier de Barros; e Maria de Lurdes Dal Santo; **Requerimento n.º 1042/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Diretor Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, e ao Diretor Presidente do Paraná Turismo, Sr. Irapuan Cortes Santos, requerendo a implantação de sinalização turística no município de Guaraqueçaba, especificamente no acesso às comunidades quilombolas do Rio Verde e Batuva, certificadas pela Fundação Palmares; **Requerimento n.º 1043/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Capitão dos Portos do Paraná, Sr. André Luiz Moraes de Vasconcelos, requerendo providências a respeito da manutenção da infraestrutura de sinalização náutica na Baía de Paranaguá; **Requerimento n.º 1046/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Diretor Presidente da Copel, requerendo providências para a urgente reestruturação da rede elétrica das comunidades de Ilha Rasa, Almeida, Ponta do Lanço, Medeiro, Taquanduva, Massarapuã, Tromomô e Mariana, no município de Guaraqueçaba; **Requerimento n.º 1063/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Delmar Ferreira Martins; **Requerimento n.º 1066/2022**, do Deputado Goura, encaminhando expediente à Procuradora-Geral do Estado, conforme especifica.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1021/2022**, do Deputado Marcio Nunes, comunicando a constituição do Bloco Parlamentar PSD/MDB, que terá como Líder o Deputado Marcio Nunes e como Vice-Líder o Deputado Artagão Junior; **Requerimento n.º 1022/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando a inclusão do Deputado Plauto Miró como membro titular da Comissão de Finanças e Tributação.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, II do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.º 1026/2022**, do Deputado Tião Medeiros, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 19 de abril de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra para o dia de amanhã, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 16/2021, 237/2021 e 476/2021; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 388/2020; 2.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 14/2021 e dos Projetos de Lei n.ºs 651/2021, 616/2021 e 67/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 351/2021, 654/2021, 24/2022, 50/2022 e 115/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h29, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)